



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**USO DA INFORMAÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA NO PROCESSO  
DE DECISÃO: O CASO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA ILHA DO  
PRÍNCIPE E DAS AUTARQUIAS LOCAIS EM SÃO TOMÉ**

**Maura Patrícia Viegas Amaro**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

**Professora Doutora Amélia Maria Martins Pires**

**Professora Doutora Paula Odete Fernandes**

Bragança, dezembro de 2023.



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**TRABALHO USO DA INFORMAÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA NO  
PROCESSO DE DECISÃO: O CASO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA ILHA  
DO PRÍNCIPE E DAS AUTARQUIAS LOCAIS EM SÃO TOMÉ**

**Maura Patrícia Viegas Amaro**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

**Professora Doutora Amélia Maria Martins Pires**

**Professora Doutora Paula Odete Fernandes**

Bragança, dezembro de 2023.



## Resumo

No âmbito das reformas implementadas pela *New Public Management* (NPM), novas exigências passaram a ser impostas aos gestores públicos, desencadeando, como consequência, novas necessidades de informação e levando, com isso, a contabilidade pública a ganhar uma nova configuração para lhe dar resposta e poder fornecer informação útil, capaz de satisfazer as necessidades dos seus utilizadores e suportar o processo de tomada de decisão de forma mais racional, lógica e célere. Esta reforma fez com que a informação financeira e orçamental ganhasse um papel de destaque no processo de tomada de decisão no âmbito da administração do setor público. É neste contexto que se desenvolve o presente estudo, que tem como objetivo principal identificar a importância atribuída ao uso da informação de natureza orçamental e financeira no processo de tomada de decisão nas autarquias locais São Tomé e na Região Autónoma da ilha do Príncipe. Por lhe dar resposta, o estudo foi desenvolvido com recurso a uma metodologia de natureza quantitativa e a informação recolhida com recurso à aplicação de um inquérito por questionário. Os resultados obtidos apontam que a maioria dos inquiridos recorrem à informação financeira e orçamental para auxiliar as suas tomadas de decisão e a consideram extremamente importante. Neste âmbito, é de salientar que os inquiridos atribuem um maior grau de utilidade aos documentos de prestação de contas de índole orçamental. Complementarmente, apenas quatro das onze hipóteses de investigação levantadas foram validadas, o que permitiu concluir que existe uma associação entre: o tipo de utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) e o uso da informação orçamental e financeira, entre a área de formação e o uso da informação orçamental e financeira. Os resultados indicam, também, a existência de uma relação entre o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e a frequência da utilização das mesmas, e entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão.

**Palavras-Chave:** Reforma da contabilidade pública, informação financeira e orçamental, uso e importância da informação financeira e orçamental.

## Abstract

Within the scope of the reforms implemented by the *New Public Management* (NPM), new requirements began to be imposed on public managers, which consequently gave rise to new information needs, and with this, public accounting gained a new configuration to provide useful information that meets the needs of its users in order to support decision-making in a more rational, logical and rapid way, which meant that financial and budgetary information gained a prominent role in the decision-making process in *São Tomé e Príncipe*. Therefore, the present study aims to identify and understand the use of budgetary and financial information by internal users (political and technical decision-makers), local authorities in *São Tomé e Príncipe*, and the Autonomous Region of Príncipe Island in the process of decision-making. In order to respond to the study in question, a quantitative methodology based on the questionnaire method was used. The results obtained indicate that the majority of respondents use financial and budgetary resources to assist in their decision-making and consider them extremely important. It should also be noted that respondents attribute greater utility to budgetary accountability documents. In addition, only four of the eleven research hypotheses raised were validated, which allowed us to conclude that there is an association between: the type of users (technical or political managers) and the use of budget information, between the training area and the use of budgetary and financial information. The results also show that there is a relationship between: the degree of importance attributed to budgetary and financial information and the frequency of use thereof, and the degree of usefulness attributed to budgetary and financial documents and the degree of need for financial information and management.

**Keywords:** Public accounting reform, financial and budgetary information, use and importance of financial and budgetary information.

## Dedicatória

*Dedico este trabalho aos meus pais que muito se esforçaram para que chegasse ao fim dessa etapa e aos meus filhos por serem a minha maior motivação.*

## **Agradecimentos**

A Deus por ter-se feito presente durante toda a minha jornada acadêmica, por todo seu amor e cuidado, ao Senhor seja dada toda honra e glória.

Agradeço, às minhas orientadoras, Professora Doutora Amélia Maria Martins Pires e Professora Doutora Paula Odete Fernandes, pela disponibilidade, sugestões e paciência, e por toda ajuda, ambas foram imprescindíveis para a conclusão dessa tese, pelo que lhes sou muito grata.

Agradeço à minha família por todo o carinho, ajuda e suporte, em especial aos meus pais que não mediram esforços para que esse objetivo fosse alcançado, também ao meu namorado e aos meus filhos por terem sido meus fiéis companheiros durante toda essa jornada.

Quero deixar também o meu agradecimento a todos que me ajudaram de forma direta e indireta no processo de aplicação do questionário.

A todos mais uma vez muito obrigado.

## Lista de Siglas

ADI – Ação Democrática Independente

CLSTP – Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe

CRSTP – Constituição da República de São Tomé e Príncipe

FMI – Fundo Monetário Internacional

GPFR – *General Purpose Financial Reporting*

IAS – *International Accounting Standards*

IFAC – *International Federation of Accountants*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards*

IPSASB – *International Public Sector Accounting Standards Board*

MCI/PUM – Movimento de Cidadãos Independentes e Partido para União Nacional

NICSP – Normas Internacionales de Contabilidad para el Sector Público

NGP – Nova Gestão Pública

NPM – *New Public Management*

PCD – Partido de Convergência Democrática

PEPA – *Public Expenditure and Financial Accountability*

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRGFP – Programa de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

PSC – *Public Sector Committee*

PWC – *Price Waterhouse Coopers*

RDSTP – República Democrática de São Tomé Príncipe

SAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas

SP – Setor Público

ST – São Tomé

STP – São Tomé e Príncipe

# Índice Geral

Índice Geral .....	vii
Índice de Figuras .....	ix
Índice de Tabelas .....	x
Introdução.....	1
1. Enquadramento teórico .....	3
1.1 Breves considerações e contextualização de São Tomé e Príncipe .....	3
1.2 Evolução do Poder Local em STP .....	6
1.3 A Gestão Pública e os instrumentos para a gestão pública .....	8
1.3.1 Perspetiva histórica acerca dos modelos que suportam a gestão pública .....	8
1.3.2 Reforma da Contabilidade Pública numa perspetiva internacional e principais impulsionadores .....	14
1.4 Objetivos, características, utilizadores da informação financeira e suas necessidades .....	19
1.5 Principais características da contabilidade pública em São Tomé e Príncipe e desafios emergentes.....	24
1.6 Resultados das principais fontes empíricas consultadas .....	31
2. Metodologia de Investigação.....	35
2.1 Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação .....	35
2.2 Apresentação e Descrição do Instrumento de Recolha de dados.....	39
2.3 População vs. Amostra .....	40
2.4 Descrição dos Métodos de Tratamento de dados .....	41
3. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados.....	44
3.1 Caracterização da Amostra.....	44
3.2 Uso da informação orçamental e financeira no processo de tomadas de decisões: perceção sobre a utilidade reconhecida à informação orçamental e financeira no processo de tomadas de decisão: análise descritiva. ....	46
3.3 Uso da informação orçamental e financeira no processo de tomada de decisão .....	59
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação .....	66
Referências Bibliográficas .....	69
Anexos.....	77

Anexo A	Inquérito sobre o Uso da Informação Financeira Orçamental no Processo de Tomada de decisão dos utilizadores do Governo Local em São Tomé e Príncipe .....	77
---------	---	----

## Índice de Figuras

Figura 1: Localização geográfica das ilhas de São Tomé e Príncipe. ....	4
Figura 2: Comportamento do PIB entre 2016 a 2020. ....	6
Figura 3: Divisão administrativa de São Tomé e Príncipe. ....	7
Figura 4: Frequência com que os utilizadores recorrem a informação orçamental para tomadas de decisão. ....	47
Figura 5: O grau de adequabilidade modelo de relato financeiro das autarquias locais decisores internos. ....	53
Figura 6: Grau de satisfação decisores internos em relação a qualidade de informação orçamental e financeira produzida pelas autarquias locais. ....	53

## Índice de Tabelas

Tabela 1: <i>NPM</i> e a estruturação das relações político-administrativas para a prestação de serviços ao público. ....	12
Tabela 2: Razões e objetivos da reforma da contabilidade pública.....	15
Tabela 3: Designação das IPSAS emitidas pela IPSASB. ....	17
Tabela 4: Regimes contabilísticos geralmente adotado pelos Governos. ....	18
Tabela 5: Evolução da Contabilidade Pública STP: Gestão Financeira, Orçamental e Relato.....	26
Tabela 6: Os fatores que condicionam as deficiências na GFP em STP. ....	27
Tabela 7: As Etapas importantes realizadas no quadro das reformas GFP.....	28
Tabela 8: Tabela Evolução da implementação Plano de estratégia de reformas GFP-STP.....	29
Tabela 9: Resultados síntese das fontes empíricas consultadas. ....	33
Tabela 10: Estrutura do inquérito por questionário. ....	40
Tabela 11: Indicador de fiabilidade. ....	41
Tabela 12: Resumo dos objetivos específicos e hipóteses de investigação. ....	42
Tabela 13: Caracterização do perfil do inquirido por grupo de decisores. ....	45
Tabela 14: Importância/Uso da informação orçamental e financeira nas tomadas de decisão. ....	46
Tabela 15: Utilidade dos documentos de prestação de contas para as tomadas de decisão.....	47
Tabela 16: Necessidades de informação financeira dos utilizadores internos. ....	49
Tabela 17: Necessidades de informação de gestão dos utilizadores internos. ....	50
Tabela 18: As razões pelas quais o atual modelo de relato financeiro.....	54
Tabela 19: A influência dos fatores externos na utilização da informação financeira nas tomadas de decisão. ....	56
Tabela 20: A influência dos fatores internos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão. ....	57
Tabela 21: Síntese dos resultados dos objetivos de investigação. ....	59
Tabela 22: Teste do Qui-Quadrado para a $H_{11}$ . ....	60
Tabela 23: Teste de <i>Fisher</i> para $H_{12}$ . ....	60
Tabela 24: Teste do Qui-Quadrado para a $H_{13}$ . ....	60
Tabela 25: Teste ao Coeficiente de <i>Spearman</i> para a $H_{14}$ . ....	61
Tabela 26: Teste de <i>Fisher</i> para $H_{15}$ . ....	61
Tabela 27: Teste de <i>Fisher</i> para $H_{16}$ . ....	61

Tabela 28: Teste <i>t-Student</i> para HI <sub>7</sub> .....	62
Tabela 29: Teste <i>t-Student</i> para HI <sub>8</sub> .....	62
Tabela 30: Teste ao Coeficiente de Correlação de <i>Pearson</i> para HI <sub>9</sub> .....	63
Tabela 31: Teste de <i>t-Student</i> para HI <sub>10</sub> . ....	63
Tabela 32: Teste de <i>t-Student</i> para HI <sub>11</sub> . ....	63
Tabela 33: Síntese dos resultados das hipóteses de investigação. ....	64

## Introdução

A medida que o Estado se foi alterando foram surgindo, por sua influência, modelos de gestão pública que lhe correspondessem e, ao longo do tempo, foi-se assistindo a uma alteração na estrutura e no funcionamento da Administração Pública (AP). Com vista a colmatar dilemas relacionados com a eficiência, racionalidade e transparência na produção, fornecimento e gestão de recursos públicos, foram sendo implementadas diferentes reformas, designadamente no âmbito da *New Public Management* (NPM), como que em busca de uma AP mais célere e de maior responsabilização dos gestores públicos. Antes da introdução dos princípios dessa corrente (NPM) os gestores públicos tinham apenas a responsabilidade de prestar contas sobre o modo como eram afetados os recursos financeiros públicos, após este movimento, para além da obrigatoriedade de prestar contas, passaram a responder também pela economia, eficiência e eficácia. Tal facto levou a que o sistema contabilístico tradicional deixasse de dar resposta às novas exigências e, como consequência, a AP passou a ser alvo de reformas a diferentes níveis, incluindo nos seus sistemas contabilísticos, como forma de poder dar respostas às atuais necessidades dos decisores.

As novas exigências impostas aos gestores públicos desencadearam reformas ao nível da contabilidade pública em diferentes países. Assim, em São Tomé e Príncipe (STP), tendo em vista

a necessidade de introduzir legislação e modelos de gestão mais adequados às necessidades atuais de administração do erário público, iniciou, em 2005, o Programa de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PRGFP) com o objetivo de proceder à criação de condições metodológicas, técnicas e processuais tendentes à modernização dos procedimentos da Administração Financeira do Estado. Na procura de uma gestão menos burocrática e mais eficiente para a AP e, concomitantemente, dar resposta às demandas por informação contabilística para auxiliar o processo de tomada de decisões dos diferentes utilizadores, foi criado o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), em resultado da publicação da Lei n.º 3/2007, e o Manual de Contabilidade Pública, com a publicação do Decreto-Lei n.º 44/2012. É no âmbito destas alterações que se apresenta e justifica o presente trabalho, que tem como objetivo principal identificar a importância atribuída ao uso da informação de natureza orçamental e financeira no processo de decisão nas câmaras distritais de São Tomé e na Região Autónoma da ilha do Príncipe. Para lhe dar resposta, o trabalho encontra-se estruturado em três secções, para além desta introdução e respetivas conclusões, limitações e futuras linhas de investigação.

Na primeira secção apresenta-se o enquadramento teórico, que compreende uma breve abordagem à República Democrática de São Tomé e Príncipe e sua envolvente, com o objetivo de contextualizar o aparecimento e evolução dos modelos de gestão pública, destacando-se a sua influência na reforma da contabilidade pública numa perspetiva internacional, dada a necessidade de harmonizar, bem como os objetivos, características e utilizadores da informação financeira e suas necessidades. Na segunda secção apresenta-se e justifica-se a opção metodológica, hipóteses de investigação e técnicas de recolha e tratamento dos dados. Na terceira secção apresentam-se os resultados do estudo empírico realizado, com base no inquérito por questionário aplicado, bem como a respetiva análise e discussão dos resultados.

## **1. Enquadramento teórico**

Para uma melhor compreensão do estudo e dos seus propósitos, este capítulo compreende uma contextualização do espaço geográfico, do contexto social, político e económico de São Tomé e Príncipe (STP), bem como a evolução e estrutura do seu poder local e a influência dos modelos de gestão pública na contabilidade pública. Compreende, ainda, uma sistematização dos principais resultados das fontes empíricas consultados.

### **1.1 Breves considerações e contextualização de São Tomé e Príncipe**

A República Democrática de STP é um arquipélago situado no golfo da Guiné, dista entre 200 e 380 km da costa ocidental de África, constituído por duas ilhas (Figura 1), São Tomé e do Príncipe, e pequenos ilhéus. Descobertas em 1471 e 1472, pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar, permaneceram sobre o domínio colonial português até 1975, quando, em 12 de julho, foi conquistada a independência. Após um período de transição de poder, STP adotou o

sistema de partido único, liderado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), com a abertura ao multipartidarismo, condição *sine qua non* para a vivência de um Estado Democrático de Direito, a acontecer apenas após 1991 (Campos, 2015). A transição para a democracia não foi precedida de um clima de conflito e instabilidade política, social e económica, como se verificou noutros países africanos (Vera Cruz, 2014).



Figura 1: Localização geográfica das ilhas de São Tomé e Príncipe.

Fonte: <https://www.infoescola.com/afrika/sao-tome-e-principe/> (2021).

A divisão administrativa do país contempla a existência das Autarquias Locais na ilha de São Tomé, constituída pelos distritos de Água-Grande, Cantagalo, Caué, Mé-Zochi, Lobata e Lembá, e pela Região Autónoma da ilha do Príncipe, constituída pelo distrito de Pagué.

De acordo com o INE (2017), o país tem uma população de aproximadamente 200.000 habitantes que, com base em estimativas recentes do Banco Mundial (BM), é pobre (dois terços vivem com menos de US\$3,20/dia) e muito pobre (um terço vive com menos de US\$1,90/dia), com uma taxa bruta de matrícula no ensino primário de 110% e uma esperança média de vida de 66 anos, com um desempenho superior à média da África Subsaariana no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tem feito progressos no melhoramento de outros indicadores sociais.

No plano político, STP é uma república semipresidencialista democrática representativa e cujo parlamento é constituído por 55 deputados e que, de acordo com os resultados das últimas eleições legislativas realizadas em 2022, se encontra constituído pelos partidos da Ação Democrática Independente (ADI), com 30 deputados, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), com 18 deputados, a coligação formada pelo Movimento de Cidadãos Independentes e Partido para União Nacional (MCI/PUM), com 5 deputados, e o Partido de Convergência Democrática (PCD), com 2 deputados. O atual Presidente da República é Carlos Vila Nova e o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo é Patrice Emeri Trovada, ambos eleitos pelo ADI. A política surge no país muito marcada por uma constante instabilidade política que

perdura há décadas, por relações pessoais e muito limitada à acusação dos adversários de corrupção e má gestão, a que acresce uma divisão ambígua de poder entre o Presidente da República e o Governo, uma constante dificuldade económica e excessiva dependência de ajuda externa, o que proporciona e potencia um ambiente de conflito político que vem de longos anos (Seibert, 1998) e tende a perpetuar-se. Até 2012 o país experimentou treze governos constitucionais, com uma duração média de 1,46 anos, um espaço de tempo não suficiente para elaborar um plano de desenvolvimento, muito menos para o executar, para além de que as mudanças frequentes de governo produzem situações de constante recomeçar que não só têm travado o normal funcionamento das instituições como dificultam e/ou inviabilizam a implementação de qualquer programa de desenvolvimento (Nascimento, 2012).

No plano económico destacam-se, como principais atividades nas ilhas de STP, as culturas de café e cacau, introduzidas por Portugal, enquanto país colonizador, e que fizeram do país um dos maiores exportadores de cacau a nível mundial entre finais do século XIX e início do século XX (Silva, 2009). Porém, com a independência, em 1975, STP herda uma economia com sinais de declínio, não só por estar muito alicerçada na monocultura do cacau, para a exportação, mas, fundamentalmente, por apresentar uma base de produção envelhecida e uma considerável falta de profissionais qualificados na área. Por sua vez, com a independência, o *“Estado promove a planificação da economia nacional, de modo a utilizar racionalmente os recursos existentes com vista a assegurar o seu desenvolvimento rápido e harmonioso. O setor Estado é o elemento preponderante e dinamizador da economia nacional”* (n.º 3, art.º 4.º da Constituição Política de 1975). Com a independência o país assiste à implementação de uma economia de direção centralizada e planificada, traduzida na nacionalização de todas as empresas agrícolas existentes, o que, a par da adoção de políticas inadequadas, de uma contínua degradação dessas empresas, tanto do ponto de vista financeiro e económico como das infraestruturas sociais, conduziu o país a uma diminuição da sua produção e rentabilidade. Tudo isto, associado a outros constrangimentos externos, designadamente os condicionalismos da cotação do cacau no mercado internacional, traduziu-se em grandes estrangulamentos da capacidade económica e financeira das unidades económicas (Silvestre, 2009) e que STP não foi mais capaz de reverter. Na verdade, a situação de incapacidade gerada pelas nacionalizações levou o país a sentir necessidade de introduzir reformas económicas com carácter de urgência, conduzindo à liberalização progressiva da economia, o que se verificou a partir de 1985, com o abandono gradual do sistema de economia centralizada e planificada e a sua substituição por um sistema tendencialmente de economia de mercado (Nascimento, 2012).

Porém, e não obstante as tentativas de mudança, o país mantém até hoje uma enorme dependência da ajuda externa para financiar o Orçamento Geral do Estado (OGE). Tradicionalmente, STP costuma depender da ajuda financeira internacional para o financiar em cerca de 95% e representa a mais pequena economia de África em termos do Produto Interno Bruto (PIB). Apresentou em 2020 um PIB a preços constantes de 10,2 mil milhões de dobras, equivalente a 419 milhões de euros, a uma taxa de câmbio de 24,5 dobras, e registou um crescimento do PIB de 3,1%, depois de anos

consecutivos a sofrer uma constante redução, como se pode observar na Figura 2 que se segue (INE, 2021).



Figura 2: Comportamento do PIB entre 2016 a 2020.  
Fonte: INE (2021).

## 1.2 Evolução do Poder Local em STP

A divisão administrativa do país apresenta uma organização por distritos, como oportunamente referido, e, ainda que baseada na organização ultramarina, a figura das autarquias locais, no sentido restrito, surge apenas com a Constituição de 1990 (Freitas, 2012) que determina para a organização democrática do Estado “... a existência de autarquias locais, como Órgãos do Poder Local...” e que define as mesmas como sendo “... pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas sem prejuízos de participação do Estado” (n.º 1 e 2, do art.º 114.º, da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe Lei n.º 7/90). Esclarece, ainda, que “São Autarquias Locais dos distritos que conformam a Divisão Administrativa do país, constituindo a ilha do Príncipe Autarquia Especial...” (art.º 1.º da Lei n.º 10/92, de 9 de setembro).

No que respeita aos órgãos das Autarquias Locais da ilha de São Tomé, determina a Constituição de 1990 que “são órgãos de poder local em cada distrito a Assembleia Distrital e a respetiva Comissão Executiva”, passando esta última (Comissão Executiva) a ser designada por “Câmara Distrital” (n.º 3, do art.º 12.º da Lei n.º 10/92, de 9 de setembro). Para a Ilha do Príncipe determina a existência de uma “Autarquia Especial”, tendo como órgão deliberativo a Assembleia do Príncipe e a Câmara do Príncipe como órgão executivo (art.º 94.º da Lei n.º 10/92, de 9 de setembro). Em 1994, esta “Autarquia Especial” passa a ser designada de Região do Príncipe, constituída pela Assembleia Regional, como órgão deliberativo, e o Governo Regional como órgão executivo (art.º 4.º da Lei n.º 4/94 de 20 de setembro). Em 29 de abril de 1995, a “Ilha do Príncipe e os ilhéus que a circundam constituem uma Região Autónoma, com estatuto político-administrativo próprio, tendo em conta a sua especificidade” (n.º 1, do art.º 137.º da CRSTP).

Um território composto pela ilha do Príncipe, pelos ilhéus Boné de Jockey, Pedras Tinhosas, Pedras Galé, Mosteiros, Ilhéu Bombom e os demais ilhéus adjacentes (n.º 1, do art.º 3.º da Lei n.º 4/2010), com um regime de autonomia que se fundamenta nas características geográficas, económicas, sociais e culturais do Príncipe, mas também nas históricas aspirações da sua população (n.º 2, do art.º 4.º da Lei n.º 4/2010). Em conformidade, atualmente a organização democrática do Estado de STP contempla a existência da Região Autónoma da ilha do Príncipe e das autarquias locais na ilha de São Tomé, e que correspondem aos seus distritos, de acordo com a sua divisão administrativa. Assim, a ilha de São Tomé encontra-se constituída, como já tivemos oportunidade de referir, pelos distritos de Água-Grande, Cantagalo, Caué, Mé-Zochi, Lobata e Lembá (art.º 1.º da Lei n.º 10/2005 de 15 de novembro), como se pode observar na Figura 3 que se segue.



Figura 3: Divisão administrativa de São Tomé e Príncipe.

Fonte: [https://www.worldometers.info/img/maps/sao\\_tome\\_principe\\_political\\_map.gif](https://www.worldometers.info/img/maps/sao_tome_principe_political_map.gif) (2021).

A divisão administrativa de STP comporta, assim, “... *órgãos do poder regional e local que constituem a expressão organizada dos interesses específicos das respetivas comunidades pelos quais se reparte o Povo São-tomense*” (n.º 1, do art.º 136.º da CRSTP). De salientar, porém, que, ainda que consagrado no art.º 4.º e 5.º da Lei n.º 10/2005 que as autarquias locais possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tal nunca se concretizou na prática por causa das condições financeira e económica que o país sempre enfrentou. Recordamos que, tal como já tivemos oportunidade de referir, o país mantém até hoje uma enorme dependência da ajuda externa, depende em 95% dessa ajudar para financiar o seu OGE (INE, 2021).

## 1.3 A Gestão Pública e os instrumentos para a gestão pública

### 1.3.1 Perspetiva histórica acerca dos modelos que suportam a gestão pública

Desde o século passado que se tem vindo a assistir a um renovado interesse em temas como Administração e Gestão Pública. O papel da AP surgiu com o desenvolvimento dos primeiros governos formais, mas o modelo de administração que se pode observar na AP de hoje é uma mistura de práticas, de conceitos e teorias que vêm dos tempos mais antigos e que, de forma gradualmente e sistemática, se foram misturando e absorvendo as diferentes influências, até aos dias de hoje. Os resultados que foram alcançados na implementação de mudanças na AP (Moreira & Azevedo, 2009) não são mais do que o resultado das diferentes abordagens de gestão, política e jurídica que se foram introduzindo e que estão hoje incorporadas na nossa cultura política (Rosenbloom, Kravchuk, & Clerkin, 2022; McDonald III, Hall, O'Flynn, & Thiel, 2022).

O Estado, que pode ser entendido como uma nação absoluta, uma entidade com poder soberano para governar um povo ou uma instituição organizada, política, social e juridicamente estruturada, que ocupa um território definido e onde a lei máxima é a Constituição, e tem como finalidade satisfazer as necessidades dos seus cidadãos, intervindo assim na economia. O Estado intervém na economia porque está incumbido e legitimado para tal, mediante sufrágio universal e livre. Porém, como a cada modelo de Estado corresponde um determinado modelo de gestão que é adotado pela AP, as mudanças do modelo de Estado ao longo dos anos acabaram por influenciar os modelos de Gestão Pública adotados. Neste particular, os modelos de Estado que mais se destacaram ao longo dos tempos foram o Estado Liberal, a que corresponde ao Modelo Clássico, o Estado de Bem-Estar, a que corresponde o Modelo Profissional, o Estado Neoliberal, a que corresponde o Modelo Gestionário, e o Estado Parceiro que se baseia no Modelo de Governação (Silvestre, 2009; Lau & Manning, 2023). Mudanças que se originaram através das alterações da economia política e produziram narrativas de alto nível de mudança de política pública, que por sua vez transformaram as formas tradicionais de organização do setor público (Ferlie & Ongaro, 2022).

Segundo Resenbloom *et al.* (2022), a raiz da abordagem desse modelo remonta aos reformadores do serviço público do século XIX, que promoveram pela primeira vez o foco na gestão, como meio de organizar o serviço público. O Modelo Clássico corresponde ao desenvolvimento do Estado Liberal, que vigorou até o início do século XX, influenciado, como a sua designação sugere, pelas ideias liberais, pelo que reduziu ao mínimo a sua intervenção na vida económica e social. Este modelo tem como principal característica a não intervenção do Estado na economia, sob o pressuposto de que o mercado se autorregula através da livre concorrência e da competição entre produtores e consumidores, o que permitia a adequação entre a oferta e a procura de bens e serviços nos mercados, sendo que o modelo perdurou numa época marcada pela forte produção Industrial e crescimento económico, e o Estado assentava num modelo de Administração Pública neutral, que se limitava a executar as decisões do Governo de acordo com as regras da gestão (Araújo, 2007).

No início do século XX, impulsionado pela I Guerra Mundial e posterior queda da bolsa de valores de Nova Iorque, o Estado viu-se obrigado a intervir na economia, pelo que surge o Estado de *Welfare* (Klijn & Koppenjan, 2016), também conhecido como Estado de Bem-Estar Social, Estado-Providência ou Estado Social, visando não só uma intervenção e direção da economia pelo Estado como, também, a alocação de recursos e a promoção de pleno emprego, levando ao aumento da atividade da AP e à necessidade de profissionalização dos funcionários. O crescimento do estado de bem-estar social foi apoiado pelos partidos Democrata, Trabalhista e Socialista Democrático com sucesso eleitoral, garantindo o apoio político de sindicalistas e eleitores da classe trabalhadora que valorizavam os serviços públicos de proteção social oferecidos, devido às vívidas memórias populares da Grande Depressão do 1930 e depois à Segunda Guerra Mundial (Ferlie & Ongaro, 2022).

O Estado de *Welfare* começou a ganhar forma com o *New Deal*<sup>1</sup> e impôs-se definitivamente na Europa na fase posterior à II Guerra Mundial, tendo sido fortemente influenciado pelas doutrinas económicas de Keynes, que defendia medidas económicas que garantissem o pleno emprego e a redistribuição de rendimento (Rocha, 2011). Nesta fase, o Estado via-se e era visto como o principal instrumento para resolver os problemas sociais e assegurar o bem-estar geral dos cidadãos, pelo que durante este período vigorou no Estado o Modelo Profissional, com origem na burocracia de Weber, caracterizado pela existência de hierarquia rígida, formalização de funções e processos de trabalho, o que possibilitava um amplo controlo sob a produção de bens e prestação de serviços públicos. A organização das atividades da Administração Pública baseava-se na divisão vertical do trabalho e na distribuição da autoridade, concentrando no topo da organização a responsabilidade por todas as ações. Estas características foram consideradas adequadas à natureza das atividades desenvolvidas pela AP, motivo pelo qual os países ocidentais adotaram este modelo de organização no pós II Guerra Mundial (Resenbloom *et al.*, 2022; Klijn & Koppenja, 2016; Silvestre, 2009; Araújo, 2007). Ainda que o modelo tenha sido capaz de dar resposta às necessidades sentidas na época, acabaria por entrar em declínio com a chegada da crise petrolífera, na década de 60, para além de que não ficou isento de críticas, nomeadamente a falta de incentivos para a racionalização de recursos públicos, a falta de transparência sobre o fornecimento dos serviços públicos prestados, problemas relacionados com a ineficiência ou as elevadas taxas de inflação, levando à sua substituição em finais do século XX.

Com a crise do Estado de Bem-Estar Social e, consequentemente, do modelo profissional, pela incapacidade demonstrada para dar respostas aos problemas económicos e financeiros desencadeados na época, houve necessidade de implementar reformas em busca de uma AP mais eficiente e célere, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços públicos e recuperar a confiança dos cidadãos. De acordo com Araújo (2007, 2004), foram várias as estratégias de reforma adotadas para mudar a estrutura e o funcionamento da AP de então, e que passaram por cortes

---

<sup>1</sup> O *New Deal*, conhecido como "novo acordo", representa um conjunto de medidas e programas implementados nos Estados Unidos entre os anos de 1933 e 1937, durante o Governo de Franklin Roosevelt, com o objetivo de reformar e alavancar a economia norte-americana e resolver problemas da crise económica.

orçamentais, venda de bens do Estado, privatizações, contratação de serviços, introdução de indicadores de desempenho e gestão por objetivos. O autor destaca, ainda, que a base disciplinar do modelo gestor adotado é eclética, pois foram várias as teorias que para ele contribuíram, ainda que a reforma da Administração Pública tenha tido como suporte basicamente dois conjuntos de ideias, as resultantes do managerialismo e as decorrentes da aplicação dos modelos da teoria económica, que compreendem a teoria da escolha pública, a teoria da agência e a teoria dos custos de transação, a saber:

– O Managerialismo, conjunto de ideias, práticas e técnicas, tendo com objetivo moldar as próprias maneiras pelas quais a política e a governança, em geral, são concebidas e conduzidas ao assumir a gestão como uma atividade instrumental genérica, cujos princípios e práticas podem ser aplicados quer ao setor privado quer ao público, enfatizando a gestão como a melhor alternativa para melhorar a eficiência ( (Eagleton-Pierce & Knafo, 2022);

– A Teoria da Escolha Pública ou *Public Choice*, ao preconizar a necessidade de restabelecer a primazia do Governo representativo sobre a burocracia, destacando que a mais importante função do Governo consiste em fazer o melhor uso do mercado, a estratégia perante a AP baseia-se na fragmentação das unidades públicas produtoras de serviços públicos como condição para a existência de concorrência, promovendo assim a eficiência e a maximização da escolha e satisfação dos cidadãos; cabe ao Estado planejar e decidir financiar os bens e serviços a ser disponibilizados, controlando os níveis de qualidade e satisfação dos cidadãos, com recurso a uma relação contratual que determina as unidades de produção (privados, públicas ou sem fins lucrativos) responsáveis pela produção e distribuição dos bens e serviços que as entidades governativas decidiram promover (Rocha, 2011; Mengiste, 2019; Rodrigues, 2009; Kogelmann, 2022);

– A Teoria da Agência, entendida como um meio a que o Estado pode recorrer para prestar o serviço público, tomando por base a flexibilização organizacional pela delegação de alguns direitos a agentes que ficam obrigados, através de contrato, mas de curto prazo e renováveis, a representar os interesses do principal (o Estado) em troca de uma determinada remuneração, dependendo da avaliação do desempenho do principal; contudo, considerando que na “relação de agência” existem conflitos de interesse entre principal e agente, este pode procurar maximizar a sua utilidade em proveito próprio através de ações oportunistas (Cunha, 2018; Ferlie & Ongaro, 2022). Para Schilleman e Busuioc (2014), pelo que o problema de agência do principal é, essencialmente, em como vincular efetivamente o agente, dados os seus interesses conflitantes, aos termos explícitos e implícitos de seu contrato. O problema de agência é temperado com assimetria de informação, risco moral e recursos políticos e económicos limitados para monitorizar todos os agentes extensivamente; e,

– Teoria dos Custos de Transação, segundo a qual, para se fundamentar a decisão por uma das soluções de produção e coordenação de bens e serviços públicos, numa análise de alternativas de produção, para além de se ter em conta os custos de produção também é

preciso considerar um conjunto de custos de transação associados à negociação, à monitorização e execução do contrato. Os Custos de Transação são custos com a gestão da produção de bens e serviços que estão presentes, quer se opte por utilizar os próprios recursos internos ou por externalizar o serviço, pelo que é uma ferramenta de apoio à tomada de decisão que implica a escolha de um de dois mecanismos para atingir a melhor alocação de recursos: (i) a integração vertical ou (ii) a utilização do sistema de preços do mercado, através da externalização de funções (Oliver, 1985; Shahab & Sina, 2022; Hennart & Verbeke, 2022).

Na verdade, desde os anos 70 do século XX que as instituições do setor público foram continuamente obrigadas a realizar mudanças, que acabariam por se traduzir em permanentes reformas administrativas e, por conseguinte, representando uma atividade fundamental dos sucessivos Governos. Essas mudanças abrangeram os modelos de administração utilizados, as estratégias seguidas, bem como os processos e as diferentes ferramentas de gestão (Lira, 2014). A utilização de diferentes estratégias, com suporte no managerialismo ou nas teorias económicas, acabaria por ajudar a desenhar um novo modelo de reforma, designado de NPM ou nova gestão pública, baseado na crença de uma economia de mercado autorregulável como forma de alcançar o crescimento económico e o desenvolvimento social. Este novo modelo de governança surge relacionado com o Estado Neoliberal e, conseqüentemente, caracterizado pela pouca intervenção estatal. A NPM surge, assim, influenciada por um conjunto de ideias que defendem a superioridade e o uso de ferramentas e técnicas de gestão privada no seio da AP, com vista a solucionar problemas de eficiência e gestão de recursos públicos. A nova gestão pública (NPM) baseia-se na crença da superioridade dos sistemas de informação desenvolvidos no setor privado ( Edwards, 2021). Segundo Cunha (2018), as ideias preconizadas pelo movimento da NPM caracterizam-se por incorporar nas organizações públicas abordagens e práticas de gestão do setor privado, com particular destaque para a descentralização, a focalização nos resultados e a medição do desempenho financeiro. Um novo conceito que pode resultar bastante difuso, pelo que as reformas implementadas neste âmbito podem apresentar efeitos desiguais uma vez que, na medida em que podem ser mais adequadas para certas culturas administrativas ou políticas do que para outras, trazendo à discussão o facto de as condições para o seu sucesso poderem depender da existência de pré-condições institucionais, como mecanismos de responsabilização, e das características dos gestores e funcionários públicos (Lapuente & Van de Walle, 2020). Também Hood (1991) se apresenta na mesma linha, ao defender que a *NPM* é um termo vago porque representa um conjunto de reformas administrativas que dominaram a agenda em muitos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), desde a década de 70 do século XX, mas que vem sendo aplicado com significados diferentes, ou seja, enquanto nos países anglo-saxónicos significa a redução do Estado e das suas atividades, nos países nórdicos representa a modernização do Estado para lidar com um ambiente em mudança (Araujo, 2004).

A existência de algum ceticismo em torno do benefícios resultante da implementação do *NPM*, tem sido objeto de intensa curiosidade académica, levando Hyndman e Lapsley (2016) a defenderem que a *NPM* não se baseia em um conjunto organizado de ferramentas e técnicas de gestão, uma

vez que são adicionadas diferentes ideias ao longo do tempo, sendo que ferramentas e técnicas específicas surgem em diferentes momentos e diferentes contextos, e que as suas ideias estão geralmente envoltas em iniciativas políticas amplas e específicas de governos específicos. Os autores acrescentam ainda que este movimento retrata um conjunto de ideias e práticas que os reformadores buscam ativamente como solução para dar resposta ao desafio de tornar o setor público mais económico, eficiente e eficaz. De acordo Lapsley (2021) a *NPM* é alcançada através da implementação de novas e melhoradas ferramentas de gestão, como por exemplo o recurso à informação contabilística, muitas vezes baseadas em necessidades de gestão e influenciadas pela racionalidade económica, transformando a *NPM* na doutrina predominante para a implementação das reformas do setor público, a que se foi assistindo ao longo dos últimos 30 anos, e que abrangem diferentes sistemas, incluindo a gestão das finanças públicas e a contabilidade (Neves & Gómez-Villegas, 2020).

A implementação da *NPM* teve o benefício de libertar a administração pública da burocracia, do excesso de regulamentação e da rigidez administrativa, alterando assim a estrutura e a prestação de serviços públicos, com a crença na superioridade dos instrumentos de gestão privada e do mercado, transformando a composição da AP com recurso à fragmentação, à autonomização e à separação de tarefas. Desta forma, o Estado passou a assumir uma posição maioritariamente financiadora e decisória das Políticas Públicas e as estruturas administrativas apresentam-se marcadamente como unidades produtivas. Foi, ainda, implementada a competição, como forma de obter maior eficiência, acabando por provocar alterações profundas na esfera da AP, e alterou-se a estrutura e a natureza do aparelho de Estado, tornando-o mais fragmentado, mas também mais concentrado, no relacionamento entre os diferentes atores, com o objetivo de controlar e avaliar as instituições (Resenbloom et al., 2022; Rodrigues, 2009; Araújo, 1998).

Na sequência das reformas implementadas na AP, no âmbito da *NPM*, com o objetivo de melhorar a capacidade de gestão e os respetivos níveis de eficiência da AP, foram introduzidas parcerias público/privadas e, aos poucos, o Estado deixou de ser produtor de bens e serviços públicos para assumir o papel de regulamentador. O surgimento do *NPM* desvendou diversos temas sobre a estruturação das relações político-administrativas para a prestação de serviços ao público, como se procura ilustrar na Tabela 1 que a seguir se apresenta (Rkein, 2020).

Tabela 1: *NPM* e a estruturação das relações político-administrativas para a prestação de serviços ao público.

<b>NPM e a estruturação das relações político-administrativas</b>	
<b>Política versus Administração</b>	O governo mantém o papel de definição de políticas, e as agências obtêm o papel de implementação e administração.
<b>Principal (proprietário) vs. Agente</b>	O governo se torna o principal como proprietário de agências e agências atuam como um agente em seu nome.

Fonte: Adaptado de Rkein (2020).

Tabela 1: *NPM* e a estruturação das relações político-administrativas para a prestação de serviços ao público (cont.).

<b>NPM e a estruturação das relações político-administrativas</b>	
<b>Comprador vs. Fornecedor:</b>	O governo desempenha o papel de comprador de bens e serviços das agências, e estas por sua vez têm a responsabilidade como fornecedora de fornecer os bens e serviços dentro dos requisitos acordados.
<b>Input vs. Outputs e Outcomes</b>	O foco dos governos mudou de input para outputs e resultados alcançados como produtos e resultados.
<b>Mercados contestáveis vs. Não contestáveis</b>	As agências governamentais passam a estar sujeitas à concorrência como forma de melhorar o seu desempenho. Pagamento do usuário versus financiamento de impostos: com o aumento da concorrência, os governos tenderam a minimizar seus subsídios e introduzir cobranças de pagamento do usuário que refletem os custos.
<b>Centralização vs. Descentralização</b>	Adoção de uma abordagem descentralizada pelos governos, com vista a alcançar a eficiência.
<b>Gestão de cima vs. Autonomia de gestão</b>	Descentralização do processo decisório, dando aos gestores em diferentes níveis a autonomia de sua gestão.
<b>Setor Público vs. Setor Privado</b>	Surgimento de muitas discussões sobre quais serviços pode ser mais bem prestado sob controlo do governo e quais serviços devem ser transferidos para o setor privado.

Fonte: Adaptado de Rkein (2020).

De acordo com Araújo (1998), uma consequência da introdução desta corrente (*NPM*) fez surgir uma proliferação complexa e diversificada de organizações cuja interação entre elas se caracteriza por uma estrutura do tipo *network* ou rede, o que constituiu uma importante mudança no modelo de governação. A *NPM* reformulou as agências públicas, particularmente no seu nível operacional ou de prestação de serviços, para se tornarem mais semelhantes a empresas e que, fruto disso, opera agora mais próximas das condições de mercado, quando não mesmo 'semelhantes ao mercado' (Ferlie & Ongaro, 2022; Ingram & Nitsenko, 202; Greve, 2023).

A crescente complexidade dos problemas públicos, a expansão das tecnologias de informação, os movimentos para terceirizar, privatizar e fazer parcerias, juntamente com a globalização, alimentaram o interesse na aplicação de estruturas de rede para o estudo da administração pública, políticas públicas e estruturas de governança, que acabaria por inovar na forma de governar ( Koliba, Week, Zia, & Russell, 2019). A hierarquia quebra-se, dando lugar a uma clara separação entre a formulação das políticas e a sua implementação, e, por outro lado, a responsabilidade pela implementação das políticas é transferida para os gestores. Com isto, altera-se a natureza do controlo e da avaliação nos serviços públicos. Assim, e ao contrário do que acontecia com a *NPM*, que dirigia a atenção para o funcionamento interno das organizações públicas, concentrando-se nas

formas de melhorar a eficiência interna através do managerialismo, o novo modelo, conhecido por Modelo de Governação, apresenta-se mais virado para o funcionamento externo do sector público e a sua legitimidade, concentrando-se no tipo e natureza das relações desenvolvidas entre os diferentes atores. Como resultado, a interação entre esses grupos torna os processos complexos e difíceis de gerir e, conseqüentemente, diferentes estratégias de direção e gestão são necessárias. Esse modelo de governação veio alterar a relação dos cidadãos com a AP, pelo que representa mais uma mudança, reduzindo a AP a uma função de mercado na qual os funcionários assumem o papel de atores independentes, mais preocupados com a eficiência da gestão e com as questões financeiras do que com o interesse público, e onde os cidadãos e utentes passam a ser vistos como consumidores dos serviços públicos e não como membro de uma comunidade política, que tem um vasto papel que compreende relações políticas que ligam o indivíduo com o Estado, contrariando o fundamento básico da AP (Rocha, 2011; Klijn & Koppenjan, 2016). Este novo modelo, que se faz assentar numa ideologia comprometida com a promoção simultânea de questões económicas com preocupações sociais, acabaria por se vulgarizar sob a designação de “Terceira Via” e que tudo indica ter surgido na Holanda, onde o Estado é visto como uma autoridade governativa promotora de parcerias e redes para a gestão dos recursos públicos. Seria, no entanto, sob influência de Blair, após a sua eleição no Reino Unido, em 1997, e com o impulso dado pela destruição das “Torres Gémeas” em Nova Iorque, no ano de 2001, que este modelo acabaria por alcançar notoriedade (Silvestre, 2009) enquanto modelo de governação voltado para a formulação, implementação e prestação de serviços de políticas públicas por meio de uma rede de relacionamentos entre atores mutuamente dependentes, que podem aportar uma mais-valia à resolução de problemas complexos e onde o Estado assume, graças à sua posição, uma estratégia que lhe permite exercer influência sobre os demais atores sociais, através de uma economia mista de prestação pública, privada e voluntária e através de PPP, de maneira a criar uma estrutura capaz de responder às necessidades sentidas, facilitando assim a integração e a ação conjunta (Rodrigues, 2009; Koliba et al., 2019; Greve, 2023).

### **1.3.2 Reforma da Contabilidade Pública numa perspetiva internacional e principais impulsionadores**

A introdução da NGP, enquanto modelo a adotar para a gestão pública, no sentido de procurar dar resposta à necessidade de resolver problemas relacionados com a eficiência, racionalidade e transparência na produção, fornecimento e gestão de recursos públicos, consubstancia, em si mesma, um conjunto de estratégias aplicadas com o objetivo de promover uma AP mais célere pela via da introdução, na orla pública, dos princípios e ferramentas do setor privado e, conseqüentemente, de uma maior responsabilização dos gestores públicos. Com isso, os gestores públicos que, anteriormente, no âmbito das suas atividades, apenas tinham a responsabilidade de prestar contas sobre o modo como estavam afetos os recursos financeiros públicos, passaram a ter de responder também por aspetos de natureza económica, de eficiência e eficácia, pelo que a

implementação deste modelo (NGP), teve um efeito transformador ao remodelar a configuração do setor público (Ferlie & Ongaro, 2022). Neste domínio, assume-se a ascensão da NPM como um importante estímulo para as reformas da Contabilidade Pública (Hood, 1995). E tanto assim que o processo de modernização e reforma da gestão pública, associado à NPM, compreende as reformas verificadas na contabilidade das organizações públicas, sendo que as mudanças que têm vindo a ocorrer neste âmbito, da contabilidade pública, visam potenciar a qualidade da informação para a tomada de decisão, a transparência e a responsabilidade ou *accountability*<sup>2</sup> na gestão pública (Cunha, 2018).

Neste contexto, o tradicional sistema de informação contabilística que vinha sendo aplicado no âmbito dos organismos públicos, caracterizado pela disponibilização de informação escassa e de carácter orçamental com a preocupação única de prestação de contas e controlo da legalidade (Nogueira, 2011), ao não permitir fazer um rigoroso controlo dos gastos públicos, também não é capaz de dar resposta a estas novas exigências. Na verdade, e numa perspetiva meramente tradicionalista, a contabilidade pública caracteriza-se, fundamentalmente, por ser desenvolvida basicamente numa perspetiva caixa, ou seja, sem apresentar a situação patrimonial da entidade, utilizada como instrumento apropriado para fazer cumprir a legalidade, ignorando e/ou descurando a perspetiva utilitarista da informação contabilística para a tomada de decisão, e, nessa dimensão, despreocupada com propósitos de eficácia e eficiência da gestão (Teixeira, 2007).

Ao emergir um novo modelo de gestão pública (NPM), que pretende encorajar as instituições públicas a aplicar conceitos de gestão privada, que incluam a descentralização, a definição de objetivos mensuráveis, a avaliação de desempenho e a responsabilização, com o objetivo de melhorar a eficiência, pela redução de custos, e redistribuir melhor os recursos (Almeida, 2017) começam a ser construídas as bases fundamentais em que se fez assentar a contabilidade pública e que acabariam por justificar a sua reforma, cujos principais objetivos e razões procurámos sistematizar na Tabela 2 que se segue (Marques, 2003).

Tabela 2: Razões e objetivos da reforma da contabilidade pública.

<b>Reforma da Contabilidade Pública</b>	
<b>Razões</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Importância da Contabilidade Pública na implementação de políticas públicas</b>	Modernização administrativa
<b>Contribuição da Contabilidade Pública para a reforma do sistema administrativo</b>	Divulgação de técnicas de gestão pública
<b>Desconcentração administrativa</b>	Maior transparência administrativa
<b>Redução do número de serviços autónomos</b>	Formulação de políticas públicas
<b>Melhor cumprimento dos princípios e regras orçamentais</b>	Avaliação de políticas públicas
<b>Criação de um sistema de informação para gestão</b>	Redução do peso relativo do Estado
<b>Criação de novos sistemas de contabilidade</b>	Redução estrutural do défice do Orçamento do Estado e diminuição da rigidez da despesa

Fonte: Adaptado de Marques (2003).

<sup>2</sup> Ainda que a *accountability* não tenha um significado específico, pode ser entendida como um conjunto de mecanismos e práticas que permitem aos gestores de uma organização prestar contas e serem responsabilizados pelo resultado de suas ações.

Estas reformas, ao nível dos sistemas contabilísticos aplicáveis ao setor público, começaram a ganhar impulso a partir do final da década de 90 do século passado e, fundamentalmente nas últimas duas décadas, foram muitos os países que, em todos os cantos do mundo, passaram por processos de reforma de seus sistemas de gestão e de contabilidade das finanças públicas para atender às novas necessidades informativas (Krishnan, 2021; Brito & Susana, 2021), e que vieram exigir à contabilidade pública uma nova configuração, para se apresentar como instrumento capaz de facilitar a tomada de decisões dos diferentes utilizadores, dando resposta não só ao cumprimento da legalidade e controlo orçamental, através da informação essencialmente preparada numa base de caixa, como também a disponibilizar informação sobre a afetação e utilização eficiente dos recursos públicos, preparada numa base de acréscimo para poder fornecer informação de carácter económico, financeiro e de gestão (Nogueira & Jorge, 2011, 2015). Um modelo capaz de permitir assegurar uma gestão pública mais eficiente e que deixa para trás a era da contabilidade exclusivamente orçamental. Os últimos trinta anos serviram de palco a um desenvolvimento distinto da contabilidade do setor público, que remodelou e redefiniu as relações mais amplas entre Estado, mercado e sociedade (Zhang, 2022), marcando uma nova era no desenvolvimento da contabilidade do setor público (Steccolini, 2019) e de capital importância em todo o processo de recolha, tratamento e divulgação das contas públicas (Mascarenhas, 2021), permitindo passar a ser vista não apenas como uma ferramenta para ampliar o conteúdo do que é contabilizado, mas também um importante meio para representar e capacitar uma pluralidade de *stakeholders*, utilizadores e preparadores de documentos contabilísticos, através de processos relacionados com a orçamentação, medição do desempenho, elaboração de relatórios e auditoria (Grossi *et al.*, 2023).

De referir, ainda, que este movimento reformador que se desencadeou foi de âmbito internacional e, como consequência, fez surgir uma vasta diversidade contabilística, uma vez que a contabilidade, enquanto ciência social, se ajusta ao tipo de informação que a sociedade deseja obter das organizações, pelo que as normas e procedimentos contabilísticos de determinado país podem ser influenciadas por uma multiplicidade de fatores, como a cultura, os sistemas políticos, religiosos, económicos ou fiscais do país onde são postos em prática, fatores que, por sua vez, acabam por ter repercussões na celeridade da implementação das respetivas reformas da contabilidade pública (Ribeiro, 2004; Amaral 2001), originando assim uma grande diversidade de sistemas contabilísticos, tanto a nível internacional como a nível regional, acabando por exercer um impacto negativo na comparabilidade da informação produzida pelas diversas AP. Estas dificuldades abriram a porta à necessidade de a reforma da contabilidade pública assumir uma dimensão supranacional (Teixeira, 2007). Passou assim a se trabalhar na harmonização contabilística, enquanto processo que serve para aumentar a comparabilidade das práticas contabilísticas através da fixação de limites dentro dos quais se admite um certo grau de variação para que as mesmas possam ser compreendidas internacionalmente (Nogueira & Jorge, 2020). Um processo que busca atender às especificidades económicas, sociais e culturais locais, mas que ao mesmo tempo permite progredir para um sistema comum a um amplo conjunto de países (Purcinelli & Saraiva, 2019). Na verdade, a diversidade contabilística tornou-se numa das principais barreiras no que toca à análise internacional das Demonstrações Financeiras (DF), revelando assim a necessidade de reformular e harmonizar a

contabilidade do Setor Público (Marques & Rodrigues, 2018; Frintrup, Schmidhuber, & Hilgers, 2022), exigindo padrões internacionais que permitam a comparabilidade, tendo como objetivo facilitar a tomada de decisões dos diferentes utilizadores (Nogueira & Jorge, 2020). Estas questões motivaram a implementação de reformas ao nível dos sistemas contabilísticos públicos, desencadeada pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), um conselho independente criado com o objetivo de elaborar e publicar normas internacionais de contabilidade recomendadas para o setor público, que acabariam por ficar conhecidas por *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), desenvolvidas com o objetivo de promover uma maior responsabilidade dos Governos em todos os países, e que se apresentam como a versão, para o setor público, das normas elaboradas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) para o setor privado, as IAS/IFRS. Esclarece-se, a propósito, que o IPSASB é uma entidade que trabalha com o intuito de melhorar os relatórios financeiros do setor público em todo o mundo por meio de desenvolvimento das IPSAS, padrões internacionais de contabilidade baseados em competências, para uso por Governos e outras entidades do setor público em todo o mundo (IFAC, 2022). O IPSASB, já publicou até ao momento 42 normas, como podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3: Designação das IPSAS emitidas pela IPSASB.

IPSAS	Designação	IPSAS	Designação
1	Estrutura e apresentação das demonstrações financeiras	22	Divulgação da informação financeira para o sector público administrativo
2	Demonstração de fluxos de caixa	23	Rendimento de transações sem contraprestação (Impostos e Transferências)
3	Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilistas e erros	24	Apresentação de informação orçamental nas demonstrações financeiras
4	Os efeitos das alterações em taxas de câmbio	25	Benefício dos empregados
5	Custos de empréstimos obtidos	26	Imparidade de ativos geradores de caixa
6	Demonstrações financeiras consolidadas e separadas	27	Agricultura
7	Investimentos em associadas	28	Apresentação de instrumentos financeiros
8	Interesses em empreendimentos conjuntos	29	Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros
9	Rendimentos de transações com contraprestação	30	Divulgação de instrumentos financeiros
10	Relato financeiro em economias hiperinflacionárias	31	Ativos Intangíveis
11	Contratos de construção	32	Acordos de concessão de serviços: concedente
12	Inventários	33	Adoção das IPSAS pela primeira vez
13	Locações	34	Demonstrações financeiras separadas

Fonte: Adaptado de IPASAB (2022).

Tabela 3: Designação das IPSAS emitidas pela IPSASB (cont.).

IPSAS	Designação	IPSAS	Designação
14	Acontecimentos Após a Data de Relato	35	Demonstrações financeiras consolidadas
15	Instrumentos Financeiros Divulgação e Apresentação	36	Investimento em associadas e empreendimentos conjuntos
16	Propriedades de Investimento	37	Acordos conjuntos
17	Ativos Fixos Tangíveis	38	Divulgação de interesses em outras entidades
18	Relato por Segmentos	39	Benefícios do funcionário
19	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	40	Combinações do setor público

Fonte: Adaptado de IPASAB (2022).

De referir que as IPSAS se destinam a gerar informações financeiras mais comparáveis através das fronteiras nacionais e a minimizar as diferenças nos princípios contabilísticos nacionais geralmente aceites pelos diferentes países, por forma a melhorar as tomadas de decisões, fornecendo informações confiáveis sobre ativos, passivos e despesas (Schmidhuber, Hilgers, & Hofmann, 2020). A sua adoção está ganhando impulso em todo o mundo por promover a transparência e responsabilidade na gestão pública pelo seu potencial para mudar radicalmente a prática de relatórios contabilísticos e financeiros no setor (Gkouma & Filos, 2022).

O desenvolvimento de normas contabilísticas de alta qualidade para o setor público, numa perspetiva internacional, amplia a credibilidade das DF dos órgãos governamentais e facilita a comparação entre setores da administração pública de diversas partes do mundo (PwC Brasil, 2013), aumentando a transparência, a comparabilidade e a viabilidade e constitui a base para uma melhor governação no setor público, pelo que a contabilidade passa a ser vista como um instrumento de análise e de suporte à gestão (Pinto, Santos, & Melo, 2014). Na verdade, observa-se uma grande diversidade nas práticas contabilísticas adotadas em todo mundo pelos Governos, decorrente da existência de dois regimes contabilísticos e suas variações, nomeadamente, o regime contabilístico em base de caixa e o regime de caixa modificado, e o regime contabilístico em base de acréscimo e o regime do acréscimo modificado, que sistematizamos na Tabela 4 que se segue.

Tabela 4: Regimes contabilísticos geralmente adotado pelos Governos.

Regime de Caixa	Regime de Caixa Modificado	Regime de Acréscimo	Regime de Acréscimo Modificado
<b>Os gastos e rendimentos são registados no período do seu recebimento ou pagamento</b>	Os rendimentos recebidos e os gastos comprometidos no orçamento anual são registados e divulgados até um período especificado após o fim do exercício	As transações e os eventos económicos são registados e divulgados por ocasião da sua ocorrência, independentemente do momento em que as transações de caixa ocorram.	O regime de acréscimo é usado em determinadas classes de ativos (ativo fixo, por exemplo) ou passivos.

Fonte: Adaptado de PwC Brasil (2013).

Porém, e não obstante as diferentes alternativas (tabela 4), de acordo com relatório da PwC (2013) o regime contabilístico em base de caixa foi o principal método de contabilização usado pelo SP durante muitos anos, sendo ainda adotado em muitos países. Para Krishnan (2021), o debate sobre a necessidade de um conjunto global de normas contabilísticas no setor público está centrado em torno do argumento “base de caixa” versus “base de acréscimo”. Contudo, um número cada vez maior de Governos estão a adotar estruturas contabilísticas baseadas no regime de acréscimo, enquanto outros adotam abordagens híbridas, classificadas como regime de caixa modificado ou de acréscimo modificado. Para Salato *et al.* (2022), a reforma dos sistemas de contabilidade do setor público, implementadas no âmbito do processo de transição para o regime de competência no setor público, podem ser mais bem-sucedidas se forem precedidas ou acompanhadas por novas reformas de gestão e pela criação das condições necessárias (habilidades, suporte tecnológico e adaptação das normas nacionais de contabilidade). A adoção do regime de acréscimo e o paradigma da utilidade da informação para a tomada de decisão são os acontecimentos mais significativos da evolução da contabilidade no SP, uma vez que a superioridade da contabilidade em regime de acréscimo é irrefutável para a supervisão orçamental, tanto a nível macroeconómico como a nível microeconómico (Montesinos, 2003; Brito & Jorge, 2020). Em conformidade, Mascarenhas (2021) vem alertar ser urgente a reforma da Contabilidade Pública, a fim de se dar início à aplicação das modernas práticas contabilísticas e para que seja efetivado o processo de consolidação das contas públicas, numa contabilidade cada vez mais aceite e aproximada ao nível internacional e com procedimentos e princípios uniformizados.

## **1.4 Objetivos, características, utilizadores da informação financeira e suas necessidades**

Vivemos numa época que, normalmente, surge designada como era da informação, o que, por si, lhe confere um certo poder, ainda que o valor que lhe possa ser associado seja, naturalmente, condicionado pelas necessidades e o contexto em que é produzida e partilhada, isto é, um tipo de informação pode ser bastante importante para uma entidade ou indivíduo, mas pode ser totalmente desnecessária ou irrelevante para outro. Fernandes (2019) descreve a informação como sendo um conjunto de dados quantitativos ou qualitativos, que podem ser processados, organizados e transformados ou convertidos em mensagem com capacidade para informar. Nestas circunstâncias, é fácil entender que a informação assume diferentes dimensão, em função das necessidades e contexto, mas que, neste âmbito, é a maior parte adquirida através dos registos contabilísticos (Feliciano, 2015). Com o objetivo de informar mais e melhor, a contabilidade foi-se adaptando e aperfeiçoando na sua função de informar, ganhando instrumentos de reporte que lhe permitam ampliar o conteúdo do que é contabilizado, enquanto ferramenta importante para capacitar uma

pluralidade de partes interessadas, os utilizadores e preparadores dos diferentes documentos contabilísticos (Grossi et al., 2023).

O objetivo genérico da informação financeira é o de fornecer informação útil que satisfaça as necessidades dos seus utilizadores (Araujo, 2004). Neste sentido, para se estabelecer os objetivos e o tipo de mapas de prestação de contas, é necessário ter presente quem são os diversos utilizadores e as suas necessidades, como forma de assegurar a máxima utilidade. Por sua vez, para que a informação se apresente útil, é necessário que seja fiável e completa, exigindo a representação fidedigna das transações, bem como da realidade orçamental, económica, financeira e patrimonial (Coelho, 2014). No que respeita à informação contabilística pública, à medida que os gestores públicos passaram a demonstrar uma preocupação crescente em relação ao controlo dos défices orçamentais e do endividamento público, foi-se fomentando a ideia de que a informação económica, financeira e patrimonial deverá ser fiável, útil e tempestiva, de forma a possibilitar uma boa tomada de decisões e uma gestão cada vez mais eficiente (Anes, Ribeiro, & Nogueira, 2016). No entanto, a capacidade e/ou relevância reconhecida à informação contabilística e, fundamentalmente, o seu uso real, podem ser afetados por conjuntos divergentes de fatores (Helden & Reichard, 2019).

No âmbito do setor público, os responsáveis técnicos e os responsáveis de nível superior (os políticos) necessitam, em diferentes momentos, de informação orçamental e patrimonial para projeções orçamentais, decisões de carácter político, decorrentes das atribuições e competências que lhes estão adstritas, apresentação de relatórios de execução a órgãos internos e/ou externos, de controlo político e técnico e, finalmente, para a apresentação de relatórios e contas (Fernandes, 2007). Os sistemas contabilísticos têm tido a preocupação de prestar mais e melhor informação, tentando satisfazer os utilizadores e as suas necessidades, proporcionando informação útil que lhe permita avaliar e tomar as suas decisões de forma mais racional e lógica, permitir-lhes o acompanhamento contínuo e integrado da gestão orçamental e financeira, bem como da performance das entidades que dirigem. Para Nogueira (2012), para além das tradicionais necessidades de prestação de responsabilidades, é clara e genericamente reconhecido que os utilizadores de relato financeiro do setor público necessitam de informação também para as tomadas de decisão, quer estas respeitem a afetação de recursos, quer sejam decisões políticas ou sociais.

Num contexto empresarial, a necessidade de acesso à informação surge da necessidade de tomar decisões, ainda que nem toda a informação a que os *stakeholders*<sup>3</sup> têm acesso seja útil. A sua utilidade e/ou relevância surgem da sua capacidade para responder às necessidades de cada utilizador (*stakeholder*), devendo ainda ser adequada e oportuna e reduzir ao máximo o grau de incerteza na tomada de decisões empresariais. Por sua vez, no âmbito do setor público, destaca-se que o objetivo para a contabilidade pública é o de fornecer aos gestores da AP informações atualizadas e exatas para suportarem a tomada de decisões, para os órgãos de controlo interno e externo observarem o cumprimento da legislação e fornecer a diferentes instituições, estatais e

---

<sup>3</sup> *Stakeholders* são indivíduos ou organizações que são impactados pelas ações da empresa, e estes utilizadores de informação financeira podem ser internos ou externos.

outras, sob a tutela do Estado, informações estatísticas ou outras que sejam do seu interesse (Mascarenhas, 2021).

As informações prestadas pela contabilidade pública ultrapassam o âmbito das entidades e dos seus mais diretos colaboradores, revestindo interesse para um vasto conjunto de utilizadores, pelo que a sua identificação (dos utilizadores) constitui uma primeira e fundamental fase, na medida em que toda a informação financeira, como *output* do sistema, deve satisfazer as necessidades de informação requerida pelos respetivos destinatários (Coelho, 2014).

O uso de informações contabilísticas é tradicionalmente visto como uma questão racional, tendo como finalidade servir os intervenientes na tomada de decisões ( Budding & Helden, 2022). Segundo Haustein *et al.*, (2019), a exigência de definir os utilizadores e as suas necessidades deixa tanto aos investigadores como aos normalizadores inúmeros desafios no que diz respeito à identificação dos utilizadores, à classificação das suas necessidades e à resolução dos conflitos das suas necessidades (dos utilizadores).

De acordo com o IPSASB (IPSAS 1, 2016: §13 e §15), as demonstrações financeiras têm como principal objetivo fornecer informação relevante acerca da posição financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa de uma entidade, útil para as tomadas de decisões de uma vasta gama de utilizadores. Em conformidade, os objetivos que se apresentam para a informação financeira, no sector público, são o de proporcionar informação útil para a tomada de decisões e para demonstrar a responsabilidade das entidades pelos recursos que lhes foram confiados. Para os alcançar, devem proporcionar informação:

- a) Acerca das fontes, importação e uso de recursos financeiros;
- b) Acerca de como a entidade financiou as suas atividades e satisfaz as suas necessidades de dinheiro;
- c) Que seja útil ao avaliar a capacidade de a entidade financiar as suas atividades e satisfazer os seus passivos e compromissos;
- d) Acerca da situação financeira da entidade; e
- e) Agregada útil na avaliação de desempenho da entidade em termos de custos de serviços, eficiência e cumprimento de metas.

O IPSASB (IPSAS 1, 2016: §16) refere, ainda, que as demonstrações financeiras do setor público podem também ter um papel prospetivo, proporcionando aos utentes informação que dê indicação sobre se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Digamos que os propósitos que se definem para as demonstrações financeiras podem ser interpretados a partir de três grandes grupos de objetivos (Rua & Carvalho, 2006):

- a) De Gestão, disponibilizando informação que permita conhecer a situação económica e financeira da entidade, a determinação do custo e rendimento dos serviços prestados (...), para a tomada de decisões (PwC Brasil, 2013);
- b) De Controlo: proporcionando informação para cumprir com a finalidade de prestação de contas e do controlo da legalidade; e
- c) De Análise e Divulgação: oferecendo informação útil (...) para a análise dos efeitos económicos e financeiros da atividade pública, e informação que permita a elaboração de contas nacionais, tendo em vista o cálculo dos agregados macroeconómicos essenciais à Contabilidade Nacional.

Daqui se alcança que a informação financeira produzida pelas diversas entidades que integram o setor público tem como objetivos principais proporcionar informação útil, fiável e relevante para, numa primeira instância, assegurar a tomada de decisões eficientes, eficazes e económicas por parte dos gestores, quer estas respeitem a afetação de recursos quer sejam decisões políticas ou sociais, e, noutra ou fase, efetuar a prestação de contas, cumprindo os princípios legais, para que os diversos utilizadores possam avaliar a atividade financeira e também económica desenvolvida, e a gestão dos respetivos recursos. Para que a informação financeira seja útil aos seus utilizadores na tomada e na avaliação de decisões, deve observar um conjunto de características, cumprindo com um conjunto de atributos que lhe confirmam a utilidade que é suposto ter (Pinto, Santos, & Melo, 2014), em linha com as necessidades dos utilizadores e assegurando o cumprimento dos objetivos propostos (Jesus, 2010). Neste âmbito cabe destacar que, de acordo com a IPSAS 1, §3, as demonstrações financeiras com finalidades gerais são aquelas que têm como objetivo atender às necessidades dos utilizadores que não estão em posição de exigir relatórios personalizados para atender às suas necessidades de informações específicas. Os utilizadores das demonstrações financeiras para fins gerais incluem os contribuintes, membros do legislativo, credores, fornecedores, a média e funcionários.

Para Faber e Budding (2021), a expectativa é que, se as necessidades dos utilizadores forem atendidas isso concorre para o seu uso, ainda que, segundo Haustein *et al.*, (2019), a exigência de definir os utilizadores e as suas necessidades levanta inúmeros desafios, não só para a identificação e classificação das respetivas necessidades como também, e fundamentalmente, quanto à resolução dos conflitos que se geram, na medida em que é difícil atender de igual forma a necessidades de utilizadores tão diversos. E tanto assim que Jorge *et al.*, (2019) apresentam a temática dos utilizadores da informação financeira como um tópico central e recorrente nos estudos sobre as estruturas conceituais subjacentes às normas da contabilidade, empresarial e do setor público, na medida em que, tratando-se de um grupo tão amplo e diversificado, se torna muito difícil não fazer opções e, inclusive, não balancear características qualitativas, fazendo opções entre a relevância e a fiabilidade, priorizando uma em detrimento da outra consoante o(s) utilizador(es) preferenciais.

De acordo com Nogueira e Jorge (2015; 2011), os utilizadores de informação, tendo em consideração a sua relação com as entidades públicas, devem ser considerados em dois grupos,

os internos, enquanto elementos que têm acesso ilimitado à informação e controlo sobre o próprio sistema de informação, intervindo diretamente na gestão e funcionamento da entidade (gestores públicos, funcionários ou membros do Governo), e os externos que, ao terem acesso apenas a determinado tipo de informação, necessitam de informação que lhes permita o controlo da economia, eficácia e eficiência dos recursos e a análise da atividade económica e financeira da entidade, desempenhando um papel preponderante nas entidades públicas, na medida em que podem influenciar na definição das suas políticas futuras. Estes últimos, os externos, representam geralmente um grupo mais heterogéneo, exigem informação harmonizada a um nível mais agregado e as suas necessidades estão voltadas fundamentalmente para a prestação de contas. Por sua vez, Budding e Helden (2022) defendem que os investidores e outros credores, existentes e potenciais, são vistos como os principais utilizadores da informação contabilística no setor privado, enquanto os destinatários de serviços e os seus representantes são vistos como os principais utilizadores no setor público. Para o IFAC (2022) os principais utilizadores da informação financeira pública são o órgão legislativo e outros órgãos governamentais, o público, os investidores e credores, as empresas de *rating*, outros governos, agências internacionais e outros financiadores, os analistas económicos e financeiros e a gestão, dando um âmbito claramente transnacional ao leque de utilizadores da informação que vem sendo preparada no âmbito do setor público, dando destaque à influência crescente que diferentes agentes internacionais, como as empresas de *rating* e outras agências e financiadores internacionais, têm sobre a gestão dos recursos públicos.

No que respeita à realidade santomense, o normativo em vigor, o Manual de Contabilidade Pública aplicado ao SAFE, apenas classifica os utilizadores da informação em internos e externos. Ainda que não descreva de forma clara quem são os utilizadores da informação financeira, no seu §3 vem clarificar que o objetivo da contabilidade pública é o de fornecer informações que interessem:

1. À Administração do Estado, para subsidiar o processo de tomada de decisão;
2. Aos Órgãos de Controlo, para permitir a verificação do cumprimento da legislação;
3. Aos Organismos Internacionais, para permitir a verificação da situação financeira e patrimonial do Estado, para concessão de empréstimos, financiamentos, doações, etc; e
4. Aos Cidadãos, oferecendo-lhe a possibilidade de verificarem a atividade correta e eficiente na aplicação dos recursos públicos do Estado.

Assim, indiretamente, está a definir como utilizadores da informação financeira os órgãos de administração do Estado, os órgãos supervisores do Estado, as Organizações internacionais e o cidadão ou contribuinte, classificação que se encontra em linha com Araújo (2004).

## 1.5 Principais características da contabilidade pública em São Tomé e Príncipe e desafios emergentes

Tal como já tivemos oportunidade de destacar, até à aplicação dos princípios da NPM a contabilidade pública centrava-se, exclusivamente, no controlo da legalidade e da execução orçamental. Com a mudança de paradigma, deverá fazer-se assentar num modelo projetado num estilo de gestão económica, que enfatize o desempenho em detrimento da conformidade legal, levando a um conjunto de mudanças que permitiram e exigiram a preparação e disponibilização de novos tipos de informação para a tomada de decisão, necessária à gestão pública, o que acabaria por impulsionar a implementação de reformas na Administração Financeira do Estado em diferentes países, o que também acabaria por acontecer em STP, no ano de 2005.

A partir daí uma das maiores preocupações do Governo são-tomense passou a ser de modernizar, desburocratizar e simplificar a AP com vista a transformá-la num instrumento ao serviço do cidadão, e não num obstáculo às suas realizações, e criar condições fundamentais para que possa funcionar, independentemente das crises políticas e institucionais. Foi assim definida a Reforma do Estado, como um dos objetivos prioritários do programa do então governo, tendo como objetivo principal devolver ao Estado a sua capacidade de decidir sobre os gastos públicos, permitindo-lhe gerir as suas responsabilidades básicas, redefinir claramente o papel do serviço público e dos servidores públicos e redefinir as funções e abrangência da intervenção estatal nos diferentes setores da vida nacional (INE, 2005). As novas exigências impostas aos gestores públicos criaram a necessidade de introduzir reformas na contabilidade pública santomense, pelo que foi desencadeado um conjunto de reformas tendentes à modernização dos procedimentos da Administração Financeira do Estado e, conseqüentemente, na procura de uma gestão menos burocrática e mais eficiente para uma AP que se pretende orientada para os resultados e divulgação de informação financeira mais fiável e de forma mais oportuna. Esta reforma, das finanças públicas em STP, teve início em 2005, com a implementação do Programa de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PRGFP), implementado lentamente, mas de forma constante, e cujo desenho inicial resultou de uma consultoria financiada pelo Banco Mundial, e que acabaria por constituir a força motora de muitas das reformas subsequentes, estimulando o desenvolvimento do detalhado PRGFP e inspirando, de entre outros, o novo sistema público de gestão financeira, designado de Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), consagrado na Lei n.º 3/2007 (Relatório PEFA, 2009).

A criação do SAFE acabaria por constituir um ponto de viragem, ao *“estabelecer e harmonizar regras e procedimentos de programação, execução e controlo dos recursos públicos, de modo a permitir o seu uso eficaz e eficiente, bem como produzir a informação de forma integrada e atempada, concernente à administração financeira dos órgãos e instituições do Estado (...) e é integrado pelos seguintes subsistemas: a) Subsistema Orçamental; b) Subsistema do Tesouro Público; c) Subsistema de Contabilidade Pública; d) Subsistema do Património do Estado; e) Subsistema do Controlo Interno”* (n.º 2 e 3, do art.º 1.º), para ser aplicado *“a todos os órgãos de soberania, os*

*órgãos do poder regional e local, bem como as outras instituições do Estado, designadamente: os Institutos ou Agências Nacionais e as Empresas Estatais”* (n.º 1 do art.º 2.º, da Lei n.º 3/2007).

O SAFE integra, assim, o Subsistema de Contabilidade Pública (SCP) que, por sua vez, *“compreende todos os órgãos do poder central, regional e local e as instituições públicas que intervêm nos processos de execução orçamental, de recolha, de registo, de acompanhamento e processamento das transações suscetíveis de produzir ou que produzam a modificações no património do Estado e abrange, ainda, as respetivas normas e procedimentos”* (art.º 43.º da Lei n.º 03/2007). Porém, no sentido de dar resposta as demandas por informações contabilísticas e auxiliar as tomadas de decisões dos diferentes utilizadores, acabaria por se tornar necessária a criação de um Manual de Contabilidade Pública, desenvolvido com o *“objetivo de apresentar um roteiro prático e de fácil compreensão para todos os serviços e organismos da Administração Central do Estado e dos Institutos Públicos que revestem a forma de serviços personalizados do Estado, quer sejam autónomos ou não no exercício de aplicação da contabilidade pública”* (art.º 2.º do Decreto n.º 44/2012).

De acordo com Fernandes *et al.*, (2015), de uma forma geral, a implementação do SAFE conduziu a uma melhor gestão das Finanças Públicas em STP, evidenciando a contabilidade como mecanismo de articulação de todos os atos e factos qualitativos ou quantitativos da Administração Financeira do Estado e de preparação e divulgação de informação financeira para a tomada de decisão. No mesmo sentido, Costa (2014) defende que esta modernização dotou os órgãos de gestão de diversos mecanismos e instrumentos legais, capazes de lhe permitirem fornecer informação financeira de forma atempada e fidedigna para a tomada de decisões. Uma reforma que, segundo Mascarenhas (2021), rompe com um sistema Contabilidade Pública que, até ao ano de 2006, se apresentava ainda muito limitado, fundamentalmente baseado em contabilidade orçamental e a dar sinais claros de carência de reformas, e que acabariam por acontecer, como pode-se observar na Tabela 5. Na verdade, até então, o sistema de contabilidade pública são-tomense caracterizava-se pela adoção do método unigráfico, de registo simples, proporcionando, apenas, a preparação e divulgação de informação de índole orçamental e com o propósito único de cumprimento da legalidade. Ou seja, um sistema que não só inviabilizava a manutenção de um rigoroso controlo da execução orçamental como o cumprimento da prestação de contas com outras finalidades (Fernandes, Nogueira, & Ribeiro, 2015).

Tabela 5: Evolução da Contabilidade Pública STP: Gestão Financeira, Orçamental e Relato.

Ano	Tema	Designação	Normativo
1978	Das receitas e Orçamento do Estado (OGE)	Autoriza o Governo a arrecadar a receita do Estado e aprova o OGE para o ano de 1979	Lei n.º 1/1978, de 30 de dezembro de 1978, DR. n.º 52, 4.º Supl.
1978	Departamento de Contabilidade	Cria seções de contabilidade junto de diversos Serviços Públicos	Dec. Lei nº4/1978 de 11/04/1978, DR nº15,
1979	Das despesas e Orçamento do Estado (OGE)	Autoriza o Governo a arrecadar Contribuições, Impostos e outros rendimentos no ano de 1980 e aprova o OGE para o ano de 1980	Lei n.º 5/1979, de 31 de dezembro de 1979, DR. n.º 47, 2.º Supl.
1986	Administração Financeira	Lei sobre a Administração Financeira	Lei n.º 1/1986, de 30 de dezembro de 1986
1999	Atos e Contratos do Estado	Lei sobre atos e contratos do Estado e dos demais Entes Públicos	Lei n.º7/1999
1999	Prestação de Contas	Lei sobre Prestação de Contas	Lei n.º8/1999
2004	Receitas Petrolíferas	Lei-Quadro Das Receitas Petrolíferas	Lei n.º 8 /2004
2007	SAFE	Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado.	Lei n.º03/2007 de 12 de fevereiro de 2007
2007	COR	Decreto que aprova o Classificador Orçamental	Decreto n.º 4/07 de 17 de janeiro de 2007
2007	POC - Estado	Plano de Contas do Estado	Decreto n.º 21/07 de 4 de julho
2008	DCP	Decreto que aprova o Estatuto Orgânico da Direção de Contabilidade Pública	Decreto n.º 8/2008
2009	Gestão Orçamental	Imprime uma nova atitude na Administração Financeira do Estado.	Decreto n.º 4/2009 De 10 de março de 2009
2012	Manual Procedimentos SAFE	Manual Procedimentos: sistema eletrónico de gestão administrativa e financeira – SAFE-e,	Decreto n.º 44/2012 de 28 de dezembro

Fonte: Adaptado de Mascarenhas (2021).

A sua análise (Tabela 5) permite constatar que com a publicação do SAFE e consequente publicação do Classificador Orçamental e a implementação do Plano de Contas do Estado, passou a haver uma maior adequação contabilística nas finanças públicas de STP, ou seja, esta reforma permitiu ao país passar para um sistema de Contabilidade Pública não apenas voltado para a informação de carácter eminentemente orçamental mas, também, direcionado para a prestação de contas, controlo da legalidade e auxílio na tomada de decisão (Mascarenhas, 2021).

De referir, no entanto, que segundo o relatório de Avaliação da Gestão das Finanças Públicas de STP, liderado pelo Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), de 2009, a implementação destas reformas não seguiu os calendários originalmente estabelecidos e que, tal, se deveu, em larga medida, ao facto de os planos originais serem excessivamente ambiciosos, o

que subestimou a complexidade conceptual e técnica das reformas propostas, sobrestimando, por seu turno, a capacidade de implementação dos serviços públicos de STP, ou às alterações políticas ocorridas no período compreendido entre 2006 e 2008, em que STP teve quatro governos distintos. Neste âmbito, Fernandes *et al.* (2015), em estudo desenvolvido com a finalidade de investigar a situação da Contabilidade Pública em STP, identificou, como principais obstáculos ou elementos capazes de se constituírem em dificuldades para a implementação do SAFE:

1. A falta de pessoal qualificado, ou seja, recursos humanos com habilitações adequadas na área de Contabilidade Pública e das Tecnologias/Informática;
2. As dificuldades financeiras do país;
3. A falta de autonomia e consequente dependência país dos agentes externos para a implementação do sistema; e
4. O facto do SAFE-e apresentar, globalmente, um cariz mais orçamental e menos contabilístico.

Concomitantemente, nos termos do relatório de Avaliação da Gestão das Finanças Públicas de STP, de 2019, somos levados a concluir que as deficiências, que procuramos sistematizar na Tabela 6, ainda persistem.

Tabela 6: Os fatores que condicionam as deficiências na GFP em STP.

**As persistentes deficiências na GFP em STP são principalmente devidas a:**

1. Atrasos na implementação de atividades previstas
2. A falta de compromisso político de alto nível
3. Instabilidade das equipas governamentais e rotação de pessoal qualificado
4. Resistência à mudança
5. Complexidade das reformas
6. Falta de coordenação e comunicação entre as entidades envolvidas na implementação das reformas
7. Reformas com o quadro regulamentar aprovado, mas não implementado
8. Fracos arranjos institucionais para a implementação das reformas

Fonte: Elaboração própria.

Apesar destes contratemplos e limitações, importa destacar a iniciativa de aprovar e implementar reformas que procuram articular e envolver o Governo na implementação de um conjunto de reformas coordenadas e sequenciais que visam aumentar a responsabilização financeira, assegurar uma gestão financeira forte e uma boa governança, criando uma das condições para um crescimento económico sólido ao maximizar o impacto das despesas públicas e uma melhor qualidade de serviço aos cidadãos. Destaca-se, também, os principais avanços registados no quadro das reformas GFP e, neste domínio, as etapas realizadas que, tomando por base o relatório de Avaliação da Gestão das Finanças Públicas de STP (MPFEA, 2019), procurou-se sistematizar na Tabela 7.

Tabela 7: As Etapas importantes realizadas no quadro das reformas GFP.

<b>Etapas importantes realizadas no quadro das reformas GFP</b>	
<b>2005</b>	A reforma das Finanças Públicas em São Tomé e Príncipe iniciou-se com o (PRGFP)
<b>2006</b>	Foi criado o Comité Diretor da Reforma do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE)
<b>2007</b>	A reforma foi consagrada com a aprovação da Lei n.º 3/2007 - Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE) e o Decreto n.º 4/2007 aprovou o Classificador Orçamental
<b>2012</b>	Arranque do SAFE e conceção de uma plataforma de tecnologia da informação moderna cujo desenvolvimento não foi, todavia, ainda concluído
<b>2013</b>	Realização do diagnóstico sobre o sistema de Gestão das Finanças Públicas em São Tomé e Príncipe
<b>2016</b>	Elaborado o Plano de Ação da Reforma das Finanças Públicas 2016-2019
<b>2017</b>	O Decreto n.º 23/2017 aprova o Estatuto do Gabinete da Reforma da Gestão das Finanças Públicas (GARFIP) de São Tomé e Príncipe e cria o Comité de Direção
<b>2018</b>	Através do Despacho n.º 74/2018, de 11 de novembro, publicado no Diário da República n.º 180, de 5 de dezembro é nomeada a Coordenadora do GARFIP.

Fonte: Elaboração própria.

Após uma análise detalhada da situação contida no relatório de Avaliação da Gestão das Finanças Públicas de STP (MPFEA), de 2019, foi elaborado um plano de estratégia de reformas GFP-STP 2020-2023, com a finalidade de criar um quadro integrado para o planeamento, coordenação, implementação e monitorização do conjunto de medidas previstas no Plano de Ação da Reforma das Finanças Públicas, que a sustenta.

De referir ainda que, de acordo com o relatório anual da RGFP, para 2020 à 2022, a realização das atividades previstas das reformas da Gestão das Finanças Públicas (GFP) programadas para o exercício económico de 2020 e 2021, constituiu um grande desafio para as autoridades nacionais, tendo em conta o impacto da pandemia COVID-19 nos sistemas de gestão das Finanças Públicas e de Governação do país, bem como a campanha presidencial realizada em 2021, que provocou um abrandamento geral das ações previstas no quadro das reformas, resultando em mais atrasos na sua implementação, como se pode constatar a partir da análise da Tabela 8, a seguir apresentado. Não obstante isso, o relatório permite destacar que foi registada uma crescente melhoria nos diferentes aspetos da gestão das finanças públicas, e que acabariam por começar a ter impacto na qualidade da gestão financeira, o processo de reforma da GFP ainda se encontra numa fase muito incipiente e, na sua maioria, os benefícios do investimento realizado só serão colhidos no futuro (Losseau, 2020).

Tabela 8: Tabela Evolução da implementação Plano de estratégia de reformas GFP-STP.

Evolução da implementação Plano de estratégia de reformas GFP-STP.					
Objetivos específicos	Programa operacional	Produtos do programa operacional	Status de Execução		
			2020	2021	2022
1. Planeamento médio prazo e orçamentação com base em políticas	Melhorar a qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em políticas	Quadro de despesas a médio prazo e orçamento integrado	Atraso menor	Atraso	Atraso menor
		Projeções macroeconómicas	On-track	Conforme previsto	Conforme previsto
		Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	On-track	Conforme previsto	Conforme previsto
2. Gestão da receita	Melhorar a gestão da receita	Aumento dos recursos internos	Atraso substancial	Atraso	Atraso
		Cobrança dos impostos e taxas melhorada	Atraso substancial	Atraso menor	Atraso menor
		Auditoria com base no risco	Atraso substancial	Atraso	Atraso
3. Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria	Operacionalizar os sistemas e mecanismos da gestão da Dívida Pública e Tesouraria	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Atraso menor	Atraso	Atraso
		Gestão da dívida reforçada	Atraso menor	Atraso menor	Atraso menor
		Gestão da tesouraria reforçada	On-track	Atraso	Atraso
4. Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	Melhor a governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	Atraso menor	Atraso substancial	Atraso substancial
		Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhoras	Atraso substancial	Atraso substancial	Atraso substancial
		Reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil	On-track	Conforme previsto	On-track

Fonte: Elaboração própria

Tabela 8: Tabela Evolução da implementação Plano de estratégia de reformas GFP-STP (cont.).

Objetivos específicos	Programa operacional	Status de Execução			
		2020	2021	2022	
1. Gestão do Investimento Público	Otimizar a gestão do Investimento Público;	Sistema de Investimento Público aprovado	Atraso menor	Atraso	Atraso
		Seleção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projetos	On-track	Atraso	Atraso
		Gestão, execução e monitoria do investimento	Não iniciado	Atraso	Atraso
2. Execução Orçamental, Controlo e Auditoria interna	Melhorar a execução orçamental, o controlo e a auditoria interna	Sistemas de informação financeira e aquisições eficientes e integrados	Atraso menor	Atraso	On-track
		Controlos Internos reformates	Atraso substancial	Atraso menor	On-track
		Qualidade da auditoria reforçada	Atraso substancial	Conforme previsto	On-track
3. Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)	Aumentar o alcance e a abrangência da Contabilidade e do Relato Financeiro	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescidos	Atraso substancial	Atraso	Atraso
		Utilização de normas internacionais	Atraso substancial	Atraso	Atraso
		Informação financeira atempada	Atraso menor	Atraso	Atraso
4. Escrutínio e auditoria externa	Reforçar o escrutínio e a auditoria externa.	Qualidade e cobertura da auditoria externa ampliada	Atraso substancial	Conforme previsto	On-track
		Escrutínio parlamentar efetivo	On-track	Conforme previsto	Atraso
		Reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil	On-track	Conforme previsto	On-track

Fonte: Elaboração própria.

## 1.6 Resultados das principais fontes empíricas consultadas

Nogueira e Jorge (2011,2015), desenvolveram dois estudos sendo que o primeiro visava identificar as necessidades de informação dos utilizadores municipais para apoio às decisões internas e aferir a utilidade da informação da atual prestação de contas para a satisfação dessas necessidades, já o segundo estudo tinha como objetivo identificar, compreender e explicar as diferentes percepções dos utilizadores internos relativamente à adequabilidade do modelo de relato financeiro municipal português. O resultado obtido com o primeiro estudo revelou que os utilizadores municipais têm diferentes necessidades de informação financeira para as tomadas de decisão internas, e que as situações de necessidades de informação que os utilizadores mais têm precisão para as suas tomadas de decisão internas abrangem informação financeira e da Contabilidade de Custos. Já no segundo estudo resultados obtidos revelaram que os decisores internos apontam o atual modelo de relato financeiro como geralmente adequado para a disponibilização de informação útil.

Ainda no contexto português Anes *et al.* (2016), desenvolveram um estudo com o objetivo de perceber se a informação financeira e orçamental, disponibilizada aos responsáveis das Juntas de Freguesia do distrito de Bragança, é importante e útil, sendo que para tal foi utilizada uma metodologia assente na teoria positivista quantitativa. Os resultados obtidos permitiram concluir que os responsáveis das Juntas de Freguesia do Distrito de Bragança consideram que a informação contabilística não influencia a sua tomada de decisões, sendo que, os que atribuem maior grau de importância à contabilidade na tomada de decisões são aqueles que consideram que a informação contabilística influencia as suas tomadas de decisões. Foi também possível concluir que o grau de utilidade atribuída aos diferentes documentos contabilísticos não difere em função do responsável ser da área de economia e gestão ou de outra área. Resultados semelhantes acabariam por ser alcançados por Pajković, Redmayne e Vašiček (2023), em estudo desenvolvido, na Croácia e na Servia, com o objetivo de procurar analisar as percepções dos profissionais do Governo local sobre a utilidade das informações contabilísticas para a tomada de decisões em jurisdições com relatórios duplos (base de caixa e acréscimo). Os resultados mostram que, globalmente, nem a área de formação (economia ou outras) nem a experiência profissional dos gestores públicos afetaram as suas percepções acerca da utilidade da informação contabilística, e que, embora considerem ambos os conjuntos de informações (base de caixa e acréscimo) como importantes fontes de dados, as informações preparadas numa base de acréscimo são classificadas como mais importantes.

Resultados esses que foram contrariados por Sinervo e Haapala (2019), em estudo desenvolvido com objetivo de analisar o uso de informações financeiras pelos políticos locais finlandeses. Os resultados obtidos mostraram que os políticos locais na Finlândia usam informações financeiras quando falam sobre operações financeiras e a posição financeira do seu município, e que as características individuais, como a experiência política e a área de formação, afetam o uso das informações financeiras, destacando o facto de os políticos locais mais experientes estarem mais familiarizados com as informações financeiras e as usarem de forma mais sistemática que os

políticos inexperientes. Por sua vez, Anessi-Pessina e Sicilia (2019), num estudo desenvolvido com o objetivo de analisar a relação entre as características individuais dos gestores de topo e as decisões organizacionais, no contexto do setor público, mais concretamente nos municípios italianos com populações acima de 15.000 habitantes, num período de 3 anos (de 2012 a 2014), obtiveram resultados que mostram que as características individuais dos gestores de topo influenciam a extensão da manipulação contabilística.

No mesmo sentido, em estudo desenvolvido por Faber e Tjerk (2021), tendo como alvo o Governo central holandês e com o objetivo de analisar em que medida os papéis políticos e as características pessoais dos utilizadores influenciam o uso de informações contabilísticas, obtiveram resultados que apontaram que os membros do Governo provavelmente usariam mais informações contabilísticas e outras fontes de informação em comparação com os membros do parlamento. No que diz respeito às características pessoais, os deputados mais jovens são suscetíveis de utilizar mais informação contabilística e outras fontes de informação, em comparação com os seus colegas mais velhos. Observou-se, ainda, a existência de uma relação positiva entre o uso de informação contabilística e nível de experiência. Uma possível explicação para isso pode estar no facto de os políticos em início de carreira ainda não estarem tão familiarizados com os diferentes tipos de informação, comparativamente aos políticos em plena carreira, que já sabem o que está disponível e como usá-lo. Jorge *et al.* (2019), num estudo desenvolvido com o objetivo de aferir acerca do uso de informações contabilísticas por políticos do Parlamento português, e compreender que tipo de informação orçamental e financeira utilizam e para que fins, os resultados obtidos mostraram que devido à falta de conhecimento geral e à complexidade da informação contabilística, os políticos do Parlamento português não a utilizam com frequência, apenas ocasionalmente. No entanto, outros estudos acrescentam, ainda, que a capacidade de uso e o uso real das informações contabilísticas podem ser afetados por muitos fatores, destacando, por isso, ser necessário primeiramente definir quais os utilizadores para, numa fase posterior, se poder proceder à classificação das suas potenciais necessidades e expectativas. É que, se as necessidades dos utilizadores forem atendidas, isso leva ao seu uso recorrente e, se as usarem regularmente, isso tende a incrementar o uso e importância reconhecida (Helden & Reichard, 2019; Haustein *et al.*, 2019; Faber & Budding, 2021).

Kober *et al.* (2010), num estudo realizado com o objetivo de auferir a utilidade das Informações financeiras no setor público australiano sob diferentes sistemas de contabilidade, os autores concluíram que os sistemas contabilísticos baseados na contabilidade em base de acréscimo são percebidos como os mais úteis pelos utilizadores internos e externo, os mesmo reconhecer-lhe uma utilidade relativamente maior quando comparados com sistemas contabilísticos baseados na contabilidade em base de caixa. Porém, as conclusões apresentadas por Gomes *et al.* (2023) evidenciam que a informação orçamental continua a ser percebida como a informação rei para a gestão pública e para suportar a tomada de decisões. Nitzl *et al.* (2020), em um estudo desenvolvido com o objetivo de explorar quais fatores impulsionam o uso da contabilidade em base de acréscimo nos municípios alemães, procurando examinar a influência da situação contextual, da estrutura organizacional e da provisão de recursos do município sobre o grau de sofisticação no uso da contabilidade em base de acréscimo, os autores constataram que o fator mais relevante no uso da

informação contabilística em base de acréscimo é a situação contextual (fiscal, política, cultural e jurídico) em que o município está inserido. Yuliusman (2023), desenvolveu um estudo com objetivo de analisar a influência da utilização de sistemas de informação contabilística, no controle, compreensão da contabilidade e experiência de trabalho na qualidade dos relatórios financeiros, e para tal recorreu a aplicação de inquérito por questionário aos chefes de finanças, das subdivisões e funcionários que assumem compromissos com organizações do aparelho regional na cidade de Jambi, Indonésia, e os resultados obtidos comprovaram que essas características influenciam significativamente a qualidade dos relatórios.

Assim, de acordo com os estudos apresentados anteriormente pode-se observar que embora os utilizadores apresentam necessidades de informação financeira para as tomadas de decisão internas, não existe um consenso de que a importância, frequência e utilidade atribuída aos diferentes documentos contabilísticos difere ou não em função ou não das características individuais (área de formação, experiência profissional) dos utilizadores, e embora que a informação preparada a base de caixa seja considerada importante, os estudos apontam que informações contabilísticas preparadas numa base de acréscimo são classificadas como sendo as mais importantes no processo de tomadas de decisões, conforme se procura destacar na Tabela 9 que se segue.

Tabela 9: Resultados síntese das fontes empíricas consultadas.

Ano	Autores	País	Objetivos	Conclusões
2023	Pajković <i>et al.</i> ,	Croácia e Servia	Analisar em que medida os políticos utilizam as DF das entidades do setor público bem como as suas perceções acerca da utilidade dessa informação nas suas tomadas de decisão.	Os Políticos atribuem maior utilidade informação elaborada em regime de acréscimo para tomadas de decisões em detrimento da informação elaborada em regime de caixa.
2023	Yuliusman	Indonésia	Analisar a influência da utilização de sistemas de informação contabilística, controle, compreensão da contabilidade e experiência de trabalho na qualidade dos relatórios financeiros,	O efeito do uso de sistemas de informação contabilísticos, controle interno, compreensão da contabilidade e a experiência de trabalho simultaneamente impacta significativamente a qualidade dos relatórios financeiros.
2021	Faber e Tjerk	Holanda	Analisar em que medida os papéis políticos e as características pessoais dos utilizadores influenciam o uso de informações contabilísticas.	No que diz respeito às características pessoais, os deputados mais jovens são suscetíveis de utilizar mais informação contabilística e outras fontes de informação, em comparação com os seus colegas mais velhos. Observou-se, ainda, a existência de uma relação positiva entre o uso de informação contabilística e nível de experiência.
2020	Nitzl <i>et al.</i> ,	Alemanha	Explorar quais fatores impulsionam o uso da contabilidade regime em base de acréscimo nos municípios alemães,	O fator mais relevante para um uso mais sofisticado do regime em base de acréscimo é a situação contextual em que o município está inserido.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 9: Resultados síntese das fontes empíricas consultadas (cont.).

Ano	Autores	País	Objetivos	Conclusões
2019	Jorge Nogueira e	Portugal	Aferir acerca do uso de informações contabilísticas por políticos do Parlamento português, e compreender que tipo de informação orçamental e financeira utilizam e para que fins	Devido à falta de conhecimento geral e à complexidade da informação contabilística, os políticos do Parlamento português não a utilizam com frequência, apenas ocasionalmente
2019	Anessi-Pessina e Sicilia	Itália	Analisar a relação entre as características individuais dos gestores de topo e as decisões organizacionais, no contexto do setor público, mais concretamente nos municípios com populações acima de 15.000 habitantes, num período de 3 anos.	As características individuais dos gestores de topo influenciam a extensão da manipulação contabilística.
2019	Sinervo Haapala e	Finlândia	Analisar o uso de informações financeiras pelos políticos locais finlandeses	Os políticos locais na Finlândia usam informações financeiras quando falam sobre operações financeiras e a posição financeira do seu município, e que as características individuais, como a experiência política e a área de formação, afetam o uso das informações financeiras,
2016	Anes <i>et al.</i> ,	Portugal	Perceber se a informação financeira e orçamental, disponibilizada aos responsáveis das Juntas de Freguesia do distrito de Bragança, é importante e útil	Os inquiridos consideram que a informação contabilística não influencia a sua tomada de decisões, sendo que, os que atribuem maior grau de importância à contabilidade na tomada de decisões são aqueles que consideram que a estas influencia as suas tomadas de decisões., e que também o grau de utilidade atribuída aos diferentes documentos contabilísticos não difere em função do responsável ser da área de economia e gestão ou de outra área.
2015	Nogueira e Jorge	Portugal	Identificar, compreender e explicar as diferentes perceções dos utilizadores internos relativamente à adequabilidade do modelo de relato financeiro municipal.	Os decisores internos percionam o atual modelo de relato financeiro como geralmente adequado para a disponibilização de informação útil.
2011	Nogueira e Jorge	Portugal	Identificar as necessidades de informação dos utilizadores municipais para apoio às decisões internas e aferir a utilidade da informação da atual prestação de contas para a satisfação dessas necessidades.	Os utilizadores municipais apresentam diferentes necessidades de informação financeira para as tomadas de decisão internas. As situações de necessidades de informação que os utilizadores mais têm precisão para as suas tomadas de decisão internas abrangem informação financeira e da Contabilidade de Custos.
2010	Kober <i>et al.</i> ,	Austrália	Auferir a utilidade das Informações financeiras no setor público australiano sob diferentes sistemas de contabilidade,	Os sistemas contabilísticos baseados na contabilidade em base de acréscimo são percebidos como os mais úteis pelos utilizadores internos e externo.

Fonte: Elaboração própria.

## **2. Metodologia de Investigação**

### **2.1 Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação**

No âmbito da NPM, a AP e, em particular, a Administração Local (AL) introduziram reformas profundas no âmbito da gestão financeira. Os gestores públicos, que antes tinham a responsabilidade de prestar contas acerca da forma como eram afetados os recursos financeiros públicos, passaram a responder também pela sua economia, eficiência e eficácia. Os novos desafios colocados aos dirigentes públicos desencadearam novas necessidades de informação financeira para lhe dar resposta. No sentido de dar resposta a estas exigências, melhorar a gestão das Finanças Públicas e a preparação e divulgação de informação financeira para a tomada de decisões, STP deu início, em 2005, a uma reforma da contabilidade pública que iniciou com o PRGFP e culminou com a criação do SAFE e a adoção do Manual de Contabilidade Pública, aplicado ao SAFE. É neste âmbito que se desenvolve o presente estudo, que tem como objetivo principal identificar a importância atribuída ao uso da informação de natureza orçamental e financeira no

processo de tomada de decisão pelos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) das Autarquias locais em São Tomé e Príncipe e a Região Autónoma da Ilha do Príncipe. Para tal, assumem-se como objetivos específicos, com vista conhecer como a informação orçamental e financeira está ligada à tomada de decisões dos utilizadores internos, nomeadamente:

1. Perceber a existência de uma possível relação entre o uso da informação orçamental e financeira e a importância atribuída a mesma;
2. Constatar com que frequência os utilizadores internos recorrem a informação orçamental e financeira para apoiar as suas tomadas de decisão;
3. Aferir o grau de satisfação decisores internos em relação a qualidade de informação orçamental e financeira produzida pelas autarquias locais;
4. Conhecer as necessidades de informação financeira e de gestão dos utilizadores internos municipais para apoiar as decisões internas;
5. Aferir se o atual modelo de relato financeiro é considerado adequado para apoiar as tomadas de decisão internas;
6. Conhecer o grau de utilidade dos documentos de prestação de contas para apoio às tomadas de decisão dos utilizadores internos municipais;
7. Identificar os principais fatores externos e internos que influenciam a utilização da informação financeira para as tomadas de decisão internas.

Com base nos objetivos específicos supra descritos, o trabalho será desenvolvido para responder às seguintes questões de investigação:

1. O uso da informação orçamental e financeira difere em função da importância que lhe é atribuída?
2. Com que frequência os utilizadores internos recorrem a informação orçamental e financeira para apoiar as suas tomadas de decisão?
3. Qual o grau de satisfação decisores internos em relação a qualidade de informação orçamental e financeira produzida pelas autarquias locais?
4. O atual modelo de relato financeiro é considerado adequado para apoiar as tomadas de decisão internas?
5. Quais as necessidades de informação (orçamental e financeira) dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) autárquicos para apoiar as suas tomadas de decisão?
6. Qual é o grau de utilidade atribuído aos documentos de prestação de contas para apoiar as tomadas de decisão dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos)?
7. Quais os fatores externos e internos que influenciam a utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais para as tomadas de decisão dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos)?

Neste sentido, e tendo presente os objetivos específicos definidos para o desenvolvimento deste trabalho, formularam-se as seguintes hipóteses de investigação (HI):

HI<sub>1</sub>: Existe uma associação entre o tipo de utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) e a variável uso da informação orçamental;

HI<sub>2</sub>: Existe uma associação entre a área de formação e a variável uso da informação orçamental;

HI<sub>3</sub>: Existe uma associação entre a área de formação e o grau de satisfação em relação à qualidade da informação financeira e orçamental;

HI<sub>4</sub>: Existe uma relação entre o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e a frequência da utilização das mesmas;

Na literatura não existe um consenso sobre a influência das características pessoais (como a área de formação, experiência profissional) dos utilizadores influenciam ou não o uso, frequência e a satisfação da informação orçamental e financeira, embora alguns estudos apontam que estas tais características influenciam a extensão da manipulação contabilística (Sinervo & Haapala, 2019; Anessi-Pessina & Sicilia, 2019; Jorge *et al.*, 2019), enquanto outros autores afirmam o contrário (Anes *et al.*, 2016; Pajković *et al.*, 2023).

HI<sub>5</sub>: Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função de o responsável considerar ou não que essa mesma informação influencia as suas tomadas de decisão;

HI<sub>6</sub>: Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função da tomada de decisão;

Os utilizadores que atribuem maior grau de importância à contabilidade na tomada de decisões são aqueles que consideram que a informação contabilística influencia as suas tomadas de decisões (Anes, 2016).

HI<sub>7</sub>: O grau de utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos);

HI<sub>8</sub>: O grau de necessidade de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos);

HI<sub>9</sub>: Existe uma relação entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão;

HI<sub>10</sub>: O grau de influência dos fatores internos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos);

HI<sub>11</sub>: O grau de influência dos fatores externos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos).

A utilidade e relevância da informação orçamental e financeira surgem da sua capacidade para responder às necessidades dos respetivos utilizadores, como forma de assegurar a máxima

utilidade, sendo que os utilizadores municipais têm diferentes necessidades de informação financeira para as tomadas de decisão internas, no entanto definir os utilizadores e as suas necessidades levanta inúmeros desafios, embora que a maioria dos estudos focados nos utilizadores internos não fazem distinção entre políticos e gestores, alguns estudos apontam que os ambos os utilizadores discutem os mesmos tipos de informação orçamental em base de caixa, contudo atribuem maior importância a informação em base de acréscimo (Coelho, 2014; Nogueira & Jorge, 2011 e 2015; Haustein *et al.*, 2019; Carvalho *et al.*, 2008; Nogueira, 2012).

## 2.2 Apresentação e Descrição do Instrumento de Recolha de dados

Para a recolha dos dados optou-se por uma metodologia de natureza quantitativa com recurso à aplicação de um inquérito por questionário à totalidade das câmaras distritais de São Tomé e Príncipe, e à Região Autónoma da Ilha do Príncipe.

De entre os métodos de recolha de dados comumente utilizadas em investigação encontra-se (Sá *et al.*, 2021; Nunes & Claudino, 2014):

- i. Inquérito por questionário, mais comum em estudos de grande escala por permitir auscultar um número significativo de sujeitos, face a um determinado fenómeno social, e oferecer a possibilidade de quantificar os dados obtidos e de se proceder a inferências e a generalizações; e
- ii. Inquérito por entrevista, cuja utilização surge, não raras vezes, associada a estudos de carácter interpretativo e a planos de investigação de natureza qualitativa, na recolha e análise de dados ou informações, dado o carácter descritivo e pormenorizado dos mesmos.

O inquérito por questionário surge, assim, como um instrumento de recolha de informação sobre uma população. A sua aplicação exige que se garanta um número de inquiridos que viabilize a análise estatística e é, por norma, aplicado a um conjunto de indivíduos (inquiridos), acerca dos quais se pretende recolher informações (dados) para analisar, interpretar e retirar conclusões, tendo em vista responder aos objetivos da investigação. É especialmente usado devido ao seu carácter estruturado e à automatização do tratamento estatístico dos dados, quando realizado com suporte em software específico (Santos & Henriques, 2021).

O questionário desenvolvido para este estudo questionário fechado é constituído por perguntas nas quais o respondente tem que escolher entre um conjunto de opções de resposta alternativas fornecidas pelo autor do questionário, apresentando-se útil quando a natureza das variáveis mais relevantes é conhecida ou quando o investigador pretende criar uma “variável latente”, e permite obter informação quantitativa (Santos & Henrique, 2021; Sá *et al.*, 2021).

O inquérito por questionário do estudo em causa foi elaborado com recurso ao *Google Forms*, e foi aplicado aos utilizadores internos das AL em São Tomé nomeadamente: Responsáveis Políticos (Presidente e Vereadores) e Responsáveis Técnicos (Diretores de Departamento, Chefes de Divisão e todos os Coordenadores Técnicos da Divisão Financeira do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira), e aos utilizadores internos da Região Autónoma da ilha do Príncipe, nomeadamente o Governo e a Assembleia Regional. Até à presente data não existem estudos sobre esta temática voltada para a realidade do poder local são-tomense, pelo que a elaboração do questionário que suporta esta investigação baseou-se na revisão de estudos já existentes voltados para a realidade portuguesa, com as devidas adaptações (e.g., Jorge *et al.*,

2019; Jorge & Nogueira, 2011, 2015; Anes, Ribeiro, & Nogueira, 2016; Nogueira, Jorge, & Oliver, 2012).

Nas AL optou-se pela aplicação do questionário em suporte de papel e de forma presencial, com o objetivo de obter uma maior colaboração dos inquiridos, e também pelo facto do país registar contantes cortes de energia elétrica. Na região Autónoma da ilha do Príncipe, tendo em conta a situação geográfica e a dificuldade de deslocação, optou-se pela aplicação do questionário online.

O questionário que foi aplicado encontra-se nos anexos, sendo que o mesmo está dividido em 5 partes, como podemos observar na Tabela 10 que a seguir se apresenta.

Tabela 10: Estrutura do inquérito por questionário.

Secção	Título	N.º de Questões	Objetivos
1	Perfil do Inquirido	6	Recolher informação que permita caraterizar a amostra.
2	A importância do uso da informação financeira e orçamental no processo de tomada de decisão do poder autárquico	6	Procurar perceber se a informação financeira/orçamental, disponibilizada aos inquiridos é considerada importante e útil pelos mesmos.
3	Necessidades de informação financeira e de gestão	2	Perceber quais as informações (financeira e de gestão) se revelam necessárias/úteis para os inquiridos, no processo de tomada de decisão.
4	Modelo de prestação de contas da administração local e sua adequabilidade aos decisores internos	3	Procurar perceber se modelo de prestação de contas é considerado adequado pelos inquiridos.
5	Fatores potencialmente influenciadores da utilização/utilidade da informação financeira	2	Procura-se perceber quais os fatores internos/externos influenciam utilização da informação financeira por parte dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria.

De salientar que o questionário foi aplicado de forma presencial nas autarquias locais em ST, sendo que na Região Autónoma da ilha do Príncipe o questionário foi enviado via on-line, somando um total de 60 participantes, durante os meses de janeiro de 2022 a maio de 2023.

## 2.3 População vs. Amostra

Em linha com os propósitos do estudo, foi determinado que a população seria constituída pelos utilizadores internos das AL em São Tomé, nomeadamente os Responsáveis Políticos (Presidente e Vereadores) e Responsáveis Técnicos (Diretores de Departamento, Chefes de Divisão e todos os Coordenadores Técnicos da Divisão Financeira do Departamento de Administração Geral e Gestão

Financeira), e aos utilizadores internos da Região Autónoma da ilha do Príncipe, nomeadamente Governo e a Assembleia Regional. Recordamos que esta opção se prende com o facto de os gestores públicos, no âmbito da NPM, terem visto as suas responsabilidades aumentadas. Quando antes tinham apenas a responsabilidade de prestar contas sobre o modo como eram afetos os recursos financeiros públicos, passaram a responder também pela economia, eficiência e eficácia, o que originou novas necessidades de informação para apoiar as suas tomadas de decisão, tornando-os assim nos principais utilizadores das informações financeira e orçamental produzida internamente. No total, a população corresponde a 91 participantes. Após o envio do questionário foram rececionados um total de 60 questionários válidos, o que corresponde a 65,93% da população em estudo.

## 2.4 Descrição dos Métodos de Tratamento de dados

O processo de análise e tratamento de dados permite avançar para a interpretação dos factos, o estabelecimento de relações, esperadas ou não esperadas, e para a confirmação/revisão das hipóteses (Nunes & Claudino, 2014).

Para a análise e apresentação dos dados obtidos recorreu-se primeiramente ao software Excel e depois foram exportados para o programa *Statistical Product and Service Solutions* (SPSS). Por conseguinte procedeu-se cálculo do *Alpha* de *Cronbach* com vista a analisar a fiabilidade interna através de um grupo de questões que mediam a avaliação do grau de necessidade (perguntas 3.1 e 3.2) de concordância (pergunta 4.2), uma vez que o *Alpha* de *Cronbach* é uma das medidas mais utilizadas para a verificação da consistência interna de um grupo de variáveis, e de um modo geral, é classificado como tendo fiabilidade (Marôco & Garcia-Marques, 2006; Marôco, 2018):

- Muito boa (quando superior a 0,9); Boa (entre 0,8 e 0,9); Razoável (entre 0,7 e 0,8); Fraca (0,6 e 0,7); e, Inadmissível (quando inferior a 0,6).

Por conseguinte apresenta-se a seguir na Tabela 11 os valores obtidos com a aplicação do *Alpha* de *Cronbach* as questões 3.1, 3.2 e 4.2.

Tabela 11: Indicador de fiabilidade.

Pergunta	N.º de itens	<i>Alpha</i> de <i>Cronbach</i>	Fiabilidade
3.1	4	0,760	Razoável
3.2	10	0,888	Boa
4.2	11	0,872	Boa

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os resultados obtidos com a aplicação do *Alpha* de *Cronbach* pode-se concluir que para a pergunta 3.1 foi de 0,760 e este valor está entre 0,7 e 0,8, que representa uma consistência interna considerada razoável, já para as perguntas 3.2 e 4.2 foi de 0,888 e 0,872 respetivamente, estes valores estão entre 0,8 e 0,9, representando uma consistência interna das variáveis em estudo considerado boa.

Por forma a dar resposta aos objetivos específicos e às hipóteses de investigação estabelecidas recorreu-se à estatística descritiva exploratória com vista à produção de frequências absolutas e relativas, bem como a medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio padrão), e também testes estatísticos para a análise inferencial com a aplicação de testes paramétricos (teste *t-Student*) e testes não paramétricos (teste *Fisher*, o teste do Qui-Quadrado, Coeficiente de Correlação de *Pearson*). Na Tabela 12 apresentam-se as técnicas estatísticas e os testes estatísticos que vão ser utilizados para dar resposta aos objetivos e hipóteses de Investigação neste estudo.

Tabela 12: Resumo dos objetivos específicos e hipóteses de investigação.

Objetivos e Hipóteses de Investigação	Técnicas estatísticas/ Testes estatísticos
1. Perceber a existência de uma possível relação entre o uso da informação orçamental e financeira e a importância atribuída a mesma	Análise descritiva exploratória (Tabela de frequências, medidas de tendência central e de dispersão)
2. Constatar com que frequência os dos utilizadores internos recorrem a informação orçamental e financeira para apoiar as suas tomadas de decisão	Análise descritiva exploratória (Tabela de frequências, medidas de tendência central e de dispersão)
3. Auferir o grau de satisfação decisores internos em relação a qualidade de informação orçamental e financeira produzida pelas autarquias locais.	Análise descritiva exploratória (Tabela de frequências, medidas de tendência central e de dispersão)
4. Conhecer as necessidades de informação financeira e de gestão dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) municipais para apoio às decisões internas	Análise descritiva exploratória (Tabela de frequências, medidas de tendência central e de dispersão)
5. Aferir se o atual modelo de relato financeiro é considerado adequado para apoiar as tomadas de decisão internas	Análise descritiva exploratória (Tabela de frequências, medidas de tendência central e de dispersão)
6. Conhecer o grau de utilidade dos documentos de prestação de contas para apoio às tomadas de decisão dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) municipais	Análise descritiva exploratória (Tabela de frequências, medidas de tendência central e de dispersão)
7. Identificar os principais fatores externos e internos que influenciam a utilização da informação financeira para as tomadas de decisão internas	Análise descritiva exploratória (Tabela de frequências, medidas de tendência central e de dispersão)
<b>HI<sub>1</sub></b> : Existe uma associação entre o tipo de utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) e a variável uso da informação orçamental	Teste de $\chi^2$
<b>HI<sub>2</sub></b> : Existe uma associação entre a área de formação e a variável uso da informação orçamental	Teste de <i>Fisher</i>
<b>HI<sub>3</sub></b> : Existe uma associação entre a área de formação e o grau de satisfação em relação à qualidade da informação financeira e orçamental	Teste de Qui-Quadrado
<b>HI<sub>4</sub></b> : Existe uma relação entre o grau de importância atribuída a informação orçamental e financeira e a frequência da utilização das mesmas	Coeficiente de Correlação de <i>Spearman</i>
<b>HI<sub>5</sub></b> : Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função de o responsável considerar ou não que essa mesma informação influencia as suas tomadas de decisão	Teste <i>Fisher</i>

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 12: Resumo dos objetivos específicos e hipóteses de investigação (cont.).

<b>Objetivos e Hipóteses de Investigação</b>	<b>Técnicas estatísticas/ Testes estatísticos</b>
<b>HI<sub>6</sub>:</b> Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função da tomada de decisão	Teste <i>Fisher</i>
<b>HI<sub>7</sub>:</b> O grau de utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos)	Teste <i>t-Student</i>
<b>HI<sub>8</sub>:</b> O grau de necessidade de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão difere quando se trata de responsáveis políticos ou técnicos	Teste <i>t-Student</i>
<b>HI<sub>9</sub>:</b> Existe uma relação entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão	Coefficiente de Correlação de <i>Pearson</i>
<b>HI<sub>10</sub>:</b> O grau de influência dos fatores internos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos)	Teste <i>t-Student</i>
<b>HI<sub>11</sub>:</b> O grau de influência dos fatores externos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos)	Teste <i>t-Student</i>

Fonte: Elaboração própria.

## **3. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados**

### **3.1 Caracterização da Amostra**

Como foi referido anteriormente, o estudo dirigiu-se aos utilizadores internos das AL em São Tomé, nomeadamente os Responsáveis Políticos (Presidente e Vereadores) e Responsáveis Técnicos (Diretores de Departamento, Chefes de Divisão e todos os Coordenadores Técnicos da Divisão Financeira do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira), e aos utilizadores internos da Região Autónoma da ilha do Príncipe, nomeadamente Governo e a Assembleia Regional. Da aplicação dos questionários foram rececionados 60 questionários validos, o que corresponde a uma percentagem de 65,93% de respostas em relação à população.

Na Tabela 13 apresentam-se os resultados que permitem realizar a caracterização dos inquiridos.

Tabela 13: Caracterização do perfil do inquirido por grupo de decisores.

Variável	Resposta	Inquiridos					
		Políticos		Técnicos		Total	
		(n=32)	53,3%	(n=28)	46,7%	n=60	100%
<b>Antiguidade no desempenho do cargo (n.º de anos)</b>	Até 1 ano	5	15,6%	5	17,9%	10	16,7%
	2– 4 anos	22	68,8%	7	25,0%	29	48,3%
	5 – 14 anos	5	15,6%	5	17,9%	10	16,7%
	15 ou mais anos	0	0%	11	39,3%	11	18,3%
<b>Habilitações académicas</b>	Doutoramento	0	0%	0	0%	0	0%
	Mestrado	5	15,6%	4	14,3%	9	15,0%
	Licenciatura	20	62,5%	16	57,1%	36	60,0%
	Ensino secundário	7	21,9%	7	25,0%	14	23,3%
	Menos que o ensino secundário	0	0%	1	3,6%	1	1,7%
<b>Área de formação</b>	Economia/Gestão	7	26,9%	5	26,3%	12	26,7%
	Contabilidade	1	3,8%	7	36,8%	8	17,8%
	Auditoria	3	11,5%	2	10,5%	5	11,1%
	Administração Pública	4	15,4%	2	10,5%	6	13,3%
	Engenharia	2	7,7%	1	5,3%	3	6,7%
	Outra	8	22,2%	3	8,3%	11	30,6%
<b>Idade</b>	Até 24 anos	3	9,4%	6	21,4%	9	15,0%
	25 – 54 anos	22	68,8%	16	57,1%	38	63,3%
	55 ou mais anos	7	21,9%	6	21,4%	13	21,7%
<b>Sexo</b>	Masculino	24	75,0%	15	53,6%	39	65,0%
	Feminino	8	25,0%	13	46,4%	21	35,0%

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 13 apresenta os resultados que caracterizam o perfil dos inquiridos, agrupados em políticos (53,3%) e técnicos (46,7%). Com os resultados exibidos observa-se que 65,0% dos inquiridos desempenha o seu atual cargo entre 1 e 4 anos, sendo que 84,4% dos políticos ocupam o seu atual cargo entre 1 à 4 anos, resultados esses que podem ser justificados pelo facto de que nesse período apenas uma das seis autarquias os políticos terem-se conseguido reeleger novamente. Ainda, 42,9% dos respondentes técnicos ocupam o seu atual cargo nesse mesmo período, valores esses muito próximos quando comparados com a percentagem dos técnicos o seu atual cargo entre 5 a de 15 anos ou mais (57,2%) resultado que pode ser justificado pelo facto de STP ser um país extremamente politizado onde a cultura do nepotismo e “cunha política” prevalece, e grande parte dos concursos públicos padecem de vícios. Quanto às habilitações académicas, constata-se que 60,0% dos inquiridos tem o grau de licenciado, e destes mais da metade (55,6%) correspondem à área de formação em

Economia/Gestão, Contabilidade e Auditoria. A área de formação que os respondentes optaram pela resposta “outra”, 36,4% tem formação na área de Direito, 18,2% em Matemática e Ciências Sociais, 9,1% Medicina, Turismo e Jornalismo. Quanto à idade dos respondentes, 63,3% tem entre 25 e 54 anos de idade, e 65,0% são do sexo Masculino.

### 3.2 Uso da informação orçamental e financeira no processo de tomadas de decisões: percepção sobre a utilidade reconhecida à informação orçamental e financeira no processo de tomadas de decisão: análise descritiva.

Por forma a tentar perceber se os inquiridos consideram a informação orçamental e financeira importante e recorrem a ela para auxiliar as suas tomadas de decisões, foi-lhes colocada essa questão, e os resultados entram-se exibidos na Tabela 14.

Tabela 14: Importância/Uso da informação orçamental e financeira nas tomadas de decisão.

Informação orçamental e financeira nas tomadas de decisão	Nada Importante (1 ponto)		Pouco Importante (2 pontos)		Importante (3 pontos)		Bastante Importante (4 pontos)		Extremamente importante (5 pontos)		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	2	4,3%	0	0	3	6,5%	8	17,4%	33	71,7%	46	100%
Não	5	35,7%	1	7,1%	3	21,4%	2	14,3%	3	21,4%	14	100%
Total	7	11,7%	1	1,70%	6	10,0%	10	16,7%	36	60,0%	60	100%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo a Tabela 14, podemos observar que 46 (71,7%) dos inquiridos afirmam recorrer a informação financeira e orçamental para auxiliar as suas tomadas de decisão, e, destes 76,67%, consideram que a informação orçamental e financeira é bastante importante e extremamente importante.

Na continuação, procurou-se perceber a frequência com que os utilizadores recorrem a informação orçamental para a tomada de decisão e foi-lhes colocada essa questão. O resultado obtido encontra-se ilustrado na Figura 4 a seguir.

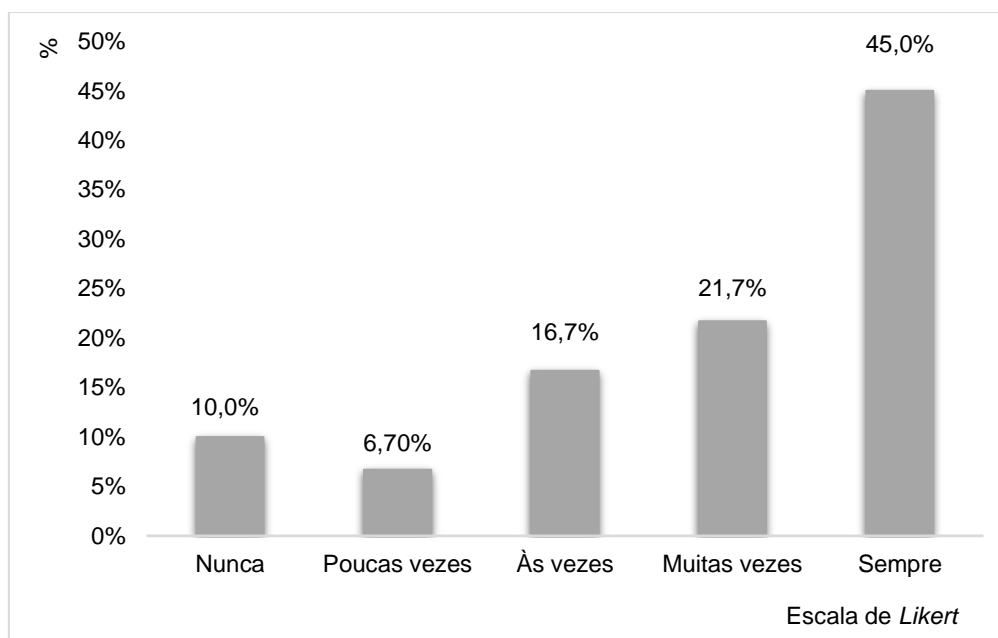


Figura 4: Frequência com que os utilizadores recorrem a informação orçamental para tomadas de decisão.

Fonte: Elaboração própria.

Com base na Figura 4 pode constatar-se que 21,7% e 45,0% dos respondentes afirmam recorrer muitas vezes e sempre a informação orçamental e financeira para as suas tomadas de decisões, somando, assim, um total de 66,7%, ou seja, mais da metade dos decisores. Já 10% e 6,70% afirmam nunca e poucas vezes o fazerem.

Com o objetivo de se saber a utilidade dos documentos orçamentais e financeiros para respondentes no processo das tomadas de decisão internas, perguntou-se qual o grau de utilidade que os documentos de prestação de contas apresentam para as suas tomadas de decisão, e os resultados encontram-se expostos na Tabela 15. De salientar que as variáveis foram medidas numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos.

Tabela 15: Utilidade dos documentos de prestação de contas para as tomadas de decisão.

Utilidade dos documentos de prestação de contas	n	%	Média	Desvio-padrão	Ranking
<b>Balço</b>					
Nada útil	1	1,7%	4,00	0,974	5.º
Pouco útil	4	6,7%			
Moderadamente útil	10	16,7%			
Muito útil	24	40,0%			
Extremamente útil	21	35,0%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria

Tabela 15: Utilidade dos documentos de prestação de contas para as tomadas de decisão (cont.).

Utilidade dos documentos de prestação de contas	n	%	Média	Desvio-padrão	Ranking
<b>Demonstração de Resultados</b>					
Nada útil	6	10,0%	3,77	1,240	8.º
Pouco útil	3	5,0%			
Moderadamente útil	9	15,0%			
Muito útil	23	38,3%			
Extremamente útil	19	31,7%			
Total	60	100%			
<b>Orçamento</b>					
Nada útil	2	3,3%	4,43	0,909	1.º
Pouco útil	0	0,0%			
Moderadamente	5	8,3%			
Muito útil	16	26,7%			
Extremamente útil	37	61,7%			
Total	60	100%			
<b>Mapas do Controlo Orçamental da Receita</b>					
Nada útil	2	3,3%	4,22	0,976	3.º
Moderadamente	8	13,3%			
Muito útil	20	33,3%			
Extremamente útil	29	48,3%			
Total	60	100%			
<b>Mapas do Controlo Orçamental da Despesa</b>					
Nada útil	0	0,0%	4,25	0,816	2.º
Pouco útil	1	1,7%			
Moderadamente	11	18,3%			
Muito útil	20	33,3%			
Extremamente útil	28	46,7%			
Total	60	100%			
<b>Mapa de Fluxo de Caixa</b>					
Nada útil	0	0%	3,95	0,852	6.º
Pouco útil	4	6,7%			
Moderadamente	11	18,3%			
Muito útil	29	48,3%			
Extremamente útil	16	26,7%			
Total	60	100%			
<b>Mapa de Operações de Tesouraria</b>					
Nada útil	3	5,0%	3,90	1,085	7.º
Pouco útil	2	3,3%			
Moderadamente útil	14	23,3%			
Muito útil	20	33,3%			
Extremamente útil	21	35%			
Total	60	100%			
<b>Empréstimos</b>					
Nada útil	4	6,7%	3,60	1,108	9.º
Moderadamente útil	14	23,3%			
Muito útil	25	41,7%			
Extremamente útil	12	20,0%			
Total	60	100%			
<b>Relatório de Gestão</b>					
Nada útil	2	3,3%	4,03	1,057	4.º
Moderadamente útil	11	18,3%			
Muito útil	19	31,7%			
Extremamente útil	25	41,7%			
Total	51	100%			

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os resultados apresentada na Tabela 15, pode observar-se que os inquiridos atribuem maior utilidade ao Orçamento (com uma média de 4,43 pontos e desvio padrão de 0,909 pontos), a seguir Mapas do Controlo Orçamental da Despesa (com uma média de 4,25 pontos e desvio padrão de 0,816 pontos) e Mapas do Controlo Orçamental da Receita com uma média de 4,22 pontos e desvio padrão de 0,976 pontos) e com isso pode constatar-se que os inquiridos atribuem maior utilidade aos documentos de índole orçamental, resultados esses que até já eram expectáveis uma vez que por décadas, o sistema de Contabilidade Pública são-tomense era baseado fundamentalmente em contabilidade orçamental e caracterizava-se pela adoção do método unigráfico, de registo simples, e embora que se tenha iniciado o processo de reforma implementada em 2005, ainda se encontra numa fase muito incipiente e, na sua maioria, os benefícios do investimento realizado só serão colhidos no futuro. Dando continuidade ao estudo, procurou-se conhecer também as necessidades de informação financeira dos utilizadores internos, como consta na Tabela 16.

Tabela 16: Necessidades de informação financeira dos utilizadores internos.

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão	Ranking
<b>Informação sobre a capacidade de endividamento da câmara</b>					
Nada necessário	1	1,7%	3,80	1,022	4.º
Pouco necessário	6	10,0%			
Moderadamente necessário	14	23,3%			
Muito necessário	22	36,7%			
Extremamente necessário	17	28,3%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre o investimento realizado</b>					
Nada necessário	2	3,3%	4,10	0,986	3.º
Pouco necessário	2	3,3%			
Moderadamente necessário	8	13,3%			
Muito necessário	24	40,0%			
Extremamente necessário	24	40,0%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre a performance da gestão relativa a execução do orçamento</b>					
Nada necessário	0	0%	4,32	0,792	1.º
Pouco necessário	2	3,3%			
Moderadamente necessário	6	10,0%			
Muito necessário	23	38,3%			
Extremamente necessário	29	48,3%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre a situação patrimonial da câmara</b>					
Nada necessário	0	0%	4,23	0,745	2.º
Pouco necessário	1	1,7%			
Moderadamente necessário	8	13,3%			
Muito necessário	27	45,0%			
Extremamente necessário	24	40,0%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os resultados obtidos na Tabela 16, constatou-se que inquiridos têm bastante ou muita necessidade de informação financeira para as suas decisões, e que principais necessidades de informação financeira refletem-se na obtenção de informação sobre a performance da gestão relativa a execução do orçamento (4,32 pontos, desvio padrão de 0,792 pontos) e que têm menos necessidade de obter informação sobre a capacidade de endividamento da câmara (3,80 pontos, desvio padrão de 1,022 pontos), este resultado pode ser justificado facto de que aos autarquias locais não possuem autonomia financeira e dependerem quase que exclusivamente das transferências do governo central para financiar para financiarem o seus orçamentos.

Procurou-se também compreender as necessidades e informação de gestão dos inquiridos. Constatou-se que os mesmos têm bastante ou muita necessidade de informação financeira para as suas decisões, confirmando os resultados dos estudos empíricos abordados, como se pode observar na Tabela 17. De salientar que as variáveis foram medidas numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos.

Tabela 17: Necessidades de informação de gestão dos utilizadores internos.

Descrição	n	%	Média	Desvio padrão	Ranking
<b>Informação que permita a Autarquia decidir se deve continuar responsável pela produção de determinado bem ou serviço ou subcontratá-lo a entidades externas</b>					
Nada necessário	1	1,7%	3,97	0,901	3.º
Pouco necessário	4	6,7%			
Moderadamente necessário	7	11,7%			
Muito necessário	32	53,3%			
Extremamente necessário	16	26,7%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre os custos dos investimentos realizados</b>					
Nada necessário	1	1,7%	4,25	0,968	1.º
Pouco necessário	4	6,7%			
Moderadamente necessário	4	6,7%			
Muito necessário	21	35,0%			
Extremamente necessário	30	50,0%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre os custos das obras e custos dos projetos autárquicos, efetuados por administração direta</b>					
Nada necessário	0	0%	4,18	0,948	2.º
Pouco necessário	5	8,3%			
Moderadamente necessário	7	11,7%			
Muito necessário	20	33,3%			
Extremamente necessário	28	46,7%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 17: Necessidades de informação de gestão dos utilizadores internos (cont.).

Descrição	n	%	Média	Desvio-padrão	Ranking
<b>Informação sobre a aplicação dos recursos públicos</b>					
Nada necessário	0	0%	4,25	0,856	1.º
Pouco necessário	3	5,0%			
Moderadamente necessário	7	11,7%			
Muito necessário	22	36,7%			
Extremamente necessário	28	46,7%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre o custo dos produtos e serviços comparando-os com produtos e serviços similares e com custos pré-estabelecidas ou custos de referência</b>					
Nada necessário	3	5,0%	3,55	1,032	8.º
Pouco necessário	7	11,7%			
Moderadamente necessário	12	20,0%			
Muito necessário	30	50%			
Extremamente necessário	8	13,3%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre os custos incorridos no cumprimento dos objetivos definidos nos programas</b>					
Nada necessário	6	10,0%	3,60	1,138	7.º
Pouco necessário	3	5,0%			
Moderadamente necessário	10	16,7%			
Muito necessário	31	51,7%			
Extremamente necessário	10	16,7%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre os resultados da atividade da câmara pelos diferentes serviços prestados, funções e atividades</b>					
Nada necessário	2	3,3%	3,75	1,068	6.º
Pouco necessário	6	10,0%			
Moderadamente necessário	13	21,7%			
Muito necessário	23	38,3%			
Extremamente necessário	16	26,7%			
Total	60	100%			
<b>Informação sobre os custos dos bens produzidos</b>					
Nada necessário	3	5,0%	3,87	1,096	4.º
Pouco necessário	4	6,7%			
Moderadamente necessário	10	16,7%			
Muito necessário	24	40,0%			
Extremamente necessário	19	31,7%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 17: Necessidades de informação de gestão dos utilizadores internos (cont.).

<b>Informação sobre a valoração dos inventários e dos trabalhos para própria entidade</b>					
Nada necessário	3	5,0%	3,75	1,099	6.º
Pouco necessário	4	6,7%			
Moderadamente necessário	15	25,0%			
Muito necessário	21	35,0%			
Extremamente necessário	17	28,3%			
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>			
<b>Informação sobre os stocks</b>					
Nada necessário	3	5,0%	3,77	1,155	5.º
Pouco necessário	6	10,0%			
Moderadamente necessário	12	20,0%			
Muito necessário	20	33,3%			
Extremamente necessário	19	31,7%			
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>			

Fonte: Elaboração própria.

Com base na informação apresentada na Tabela 17, pode concluir-se que principais necessidades de informação financeira refletem-se na obtenção de informação sobre a Informação sobre os custos dos investimentos realizados (com uma média de 4,25 pontos e desvio padrão de 0,968 pontos), Informação sobre a aplicação dos recursos públicos (com uma média de 4,25 e desvio padrão de 0,856 pontos) e Informação sobre os custos das obras e custos dos projetos autárquicos, efetuados por administração direta (com uma média de 4,18 desvio padrão de 0,948 pontos), sendo que os inquiridos têm menos necessidade de obter informação sobre os custo dos produtos e serviços comparando-os com produtos e serviços similares (com uma média de 3,55 pontos e desvio padrão de 1,032 pontos), Informação sobre os custos incorridos no cumprimento dos objetivos definidos nos programas (com uma média de 3,60 pontos desvio padrão de 1,138 pontos), e Informação sobre a valoração dos inventários e dos trabalhos para própria entidade (com uma média de 3,75 pontos e 1,099), e Informação sobre os resultados da atividade da câmara pelos diferentes serviços prestados, funções e atividades (com uma média de 3,75 pontos e desvio padrão de 1,068 pontos).

Dando continuidade ao estudo, procurou-se também conhecer o grau de adequabilidade modelo de relato financeiro das autarquias locais decisores internos, os resultados obtidos ilustrados na Figura 5 a seguir indicado.

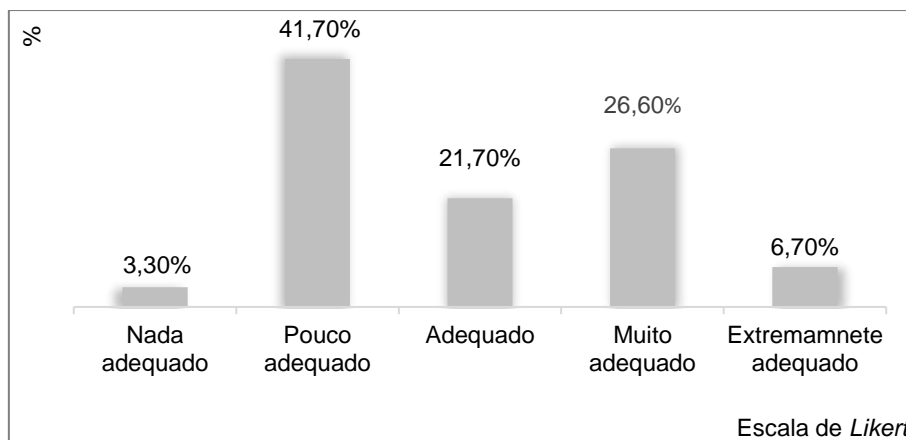


Figura 5: O grau de adequabilidade modelo de relato financeiro das autarquias locais decisores internos.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 5 acima apresentada, pode-se observar que mais da metade dos decisores internos (55,0%) afirmam que o modelo de relato financeiro da autarquia é adequado, muito adequado e extremamente adequado, e que 45,0% afirmam que o modelo de relato financeiro é pouco ou nada adequado.

A seguir procurou-se também conhecer o grau de satisfação decisores internos em relação a qualidade de informação orçamental e financeira produzida pelas autarquias locais, os resultados obtidos ilustrados na Figura 6 a seguir indicado.

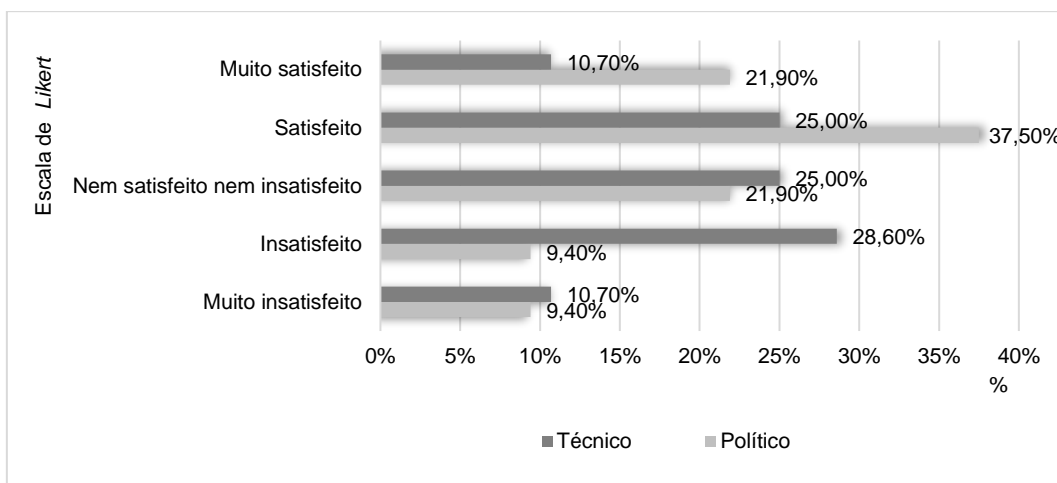


Figura 6: Grau de satisfação decisores internos em relação a qualidade de informação orçamental e financeira produzida pelas autarquias locais.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 6 acima apresentada, ao analisar-se no que diz os resultados obtidos por grupos de decisores (políticos e técnicos), observa-se quanto aos utilizadores técnicos 39,3 % afirmam estarem muito insatisfeitos ou insatisfeitos em relação a qualidade de informação orçamental e

financeira produzida, sendo que 25% afirmam estarem nem satisfeito nem insatisfeito e 35,7% afirmam estarem satisfeito e muito satisfeito, enquanto que 18,8% dos decisores políticos afirmam estarem muito insatisfeito e insatisfeito, sendo que 21,9% afirmam estarem nem satisfeito nem insatisfeito e 59,4% afirmam estarem satisfeito e muito satisfeito.

A seguir procurou-se a perceber as razões pelas quais os decisores internos sugerem que o atual modelo de prestação de contas não é consideravelmente adequado na divulgação de informação útil para suas tomadas de decisão, sendo que os resultados obtidos se encontram exibidos a seguir na Tabela 18. De salientar que as variáveis foram medidas numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos.

Tabela 18: As razões pelas quais o atual modelo de relato financeiro.

Descrição	n	%	Média	Desvio padrão	Ranking
<b>O elevado número de documentos contabilísticos exigidos</b>					
Discordo totalmente	6	10,0%	3,12	1,290	5.º
Discordo	16	26,7%			
Nem concordo/Nem discordo	15	25,0%			
Concordo	11	18,3%			
Concordo totalmente	12	20,0%			
Total	60	100%			
<b>A ordem pela qual os documentos são apresentados</b>					
Discordo totalmente	5	8,3%	3,20	1,286	3.º
Discordo	15	25,0%			
Concordo	17	28,3%			
Nem concordo/Nem discordo	9	15,0%			
Concordo totalmente	14	23,3%			
Total	60	100%			
<b>O conteúdo das demonstrações financeiras</b>					
Discordo totalmente	6	10,0%	3,37	1,340	1.º
Discordo	11	18,3%			
Concordo	15	25,0%			
Nem concordo/Nem discordo	11	18,3%			
Concordo totalmente	17	28,3%			
Total	60	100%			
<b>A não inclusão de mapas da Contabilidade de Custos</b>					
Discordo totalmente	9	15,0%	2,78	1,151	8.º
Discordo parcialmente	17	28,3%			
Concordo	15	25,0%			
Concordo parcialmente	16	26,7%			
Concordo completamente	3	5,0%			
Total	60	100%			
<b>A não inclusão de indicadores orçamentais, económico-financeiros e de gestão operacional (eficiência e a eficácia)</b>					
Discordo totalmente	9	15,0%	3,22	1,354	2.º
Discordo parcialmente	9	15,0%			
Concordo	15	25,0%			
Concordo parcialmente	14	23,3%			
Concordo completamente	12	20,0%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 18: As razões pelas quais o atual modelo de relato financeiro (cont.).

Descrição	n	%	Média	Desvio padrão	Ranking
<b>A discrepância de bases contabilísticas entre a Contabilidade Orçamental e a Contabilidade Patrimonial</b>					
Discordo totalmente	8	13,3%	3,18	1,269	4.º
Discordo parcialmente	7	11,7%			
Concordo	23	38,3%			
Concordo parcialmente	10	16,7%			
Concordo completamente	12	20,0%			
Total	60	100%			
<b>O modelo de relato financeiro é de difícil leitura</b>					
Discordo totalmente	11	18,3%	2,98	1,396	9.º
Discordo parcialmente	13	21,7%			
Concordo	14	23,3%			
Concordo parcialmente	10	16,7%			
Concordo completamente	12	20,0%			
Total	60	100%			
<b>O modelo de relato financeiro é muito próximo do atual modelo do setor privado</b>					
Discordo totalmente	14	23,3%	2,55	1,213	11.º
Discordo parcialmente	17	28,3%			
Concordo	15	25,0%			
Concordo parcialmente	10	16,7%			
Concordo completamente	4	6,7%			
Total	60	100%			
<b>O relato financeiro não se aproxima aos normativos internacionais, nomeadamente às NICSP</b>					
Discordo totalmente	7	11,7%	3,03	1,248	8.º
Discordo parcialmente	14	23,3%			
Concordo	19	31,7%			
Concordo parcialmente	10	16,7%			
Concordo completamente	10	16,7%			
Total	60	100%			
<b>O relato financeiro é preparado com atraso</b>					
Discordo totalmente	9	15,0%	3,03	1,340	7.º
Discordo parcialmente	12	20,0%			
Concordo	20	33,3%			
Concordo parcialmente	6	10,0%			
Concordo completamente	13	21,7%			
Total	60	100%			
<b>Por se só modelo de relato financeiro não satisfaz as necessidades informativas</b>					
Discordo totalmente	8	13,3%	3,12	1,329	5.º
Discordo parcialmente	12	20,0%			
Concordo	18	30,0%			
Concordo parcialmente	8	13,3%			
Concordo completamente	14	23,3%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os resultados na Tabela 18, os decisores internos apontam que o atual modelo de prestação de contas não é consideravelmente adequado na divulgação de informação útil para as tomadas de decisão, os mesmos apontaram, o conteúdo das demonstrações financeiras (com uma

média de 3,37 pontos e desvio padrão de 1,340 pontos), a não inclusão de indicadores orçamentais, económico-financeiros e de gestão operacional (com uma média de 3,22 pontos e desvio padrão de 1,357 pontos) e a ordem pela qual os documentos são apresentados (com uma média de concordância de 3,20 pontos e desvio padrão de 1,286 pontos).

Procurou-se também saber qual o grau de satisfação os utilizadores internos em relação a qualidade da informação financeira e orçamental produzida pela câmara, como podemos observar na Figura a seguir.

A seguir procurou-se perceber quais os fatores externos que mais influenciam os decisores internos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão, e os resultados obtidos encontram-se ilustrados na Tabela 19. De salientar que as variáveis foram medidas numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos.

Tabela 19: A influência dos fatores externos na utilização da informação financeira nas tomadas de decisão.

Descrição	n	%	Média	Desvio padrão	Ranking
<b>Pressão política (local ou central)</b>					
Sem influência	3	5,0%	3,58	1,154	3.º
Pouca influência	8	13,3%			
Influência moderada	15	25,0%			
Muita influência	19	31,7%			
Extrema influência	15	25,0%			
Total	60	100%			
<b>Pressão de um problema nacional (por ex. restrições orçamentais)</b>					
Sem influência	3	5,0%	3,95	1,141	1.º
Pouca influência	4	6,7%			
Influência moderada	10	16,7%			
Muita influência	19	31,7%			
Extrema influência	24	40,0%			
Total	60	100%			
<b>Pressão de organizações profissionais (CNC da AP, Auditores externos, entre outros)</b>					
Sem influência	9	15,0%	3,17	1,304	4.º
Pouca influência	9	15,0%			
Influência moderada	15	25,0%			
Muita influência	17	28,3%			
Extrema influência	10	16,7%			
Total	60	100%			
<b>Pressão de entidades de controlo (TC, Inspeção-Geral de Finanças, entre outros)</b>					
Sem influência	2	3,3%	3,88	0,976	2.º
Pouca influência	3	5,0%			
Influência moderada	11	18,3%			
Muita influência	28	46,7%			
Extrema influência	16	26,7%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria.

Neste ponto procura-se perceber a influência dos fatores externos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão, e de acordo com os resultados obtidos, podemos observar que de um conjunto de fatores externos apresentados, os respondentes afirmam que Pressão de um problema nacional (por ex. restrições orçamentais) exerce maior influência nas suas tomadas de decisão, com uma concordância média de 3,95 pontos e desvio padrão de 1,141, este facto pode ser justificada pelo facto de que as Autarquias locais em ST não gozarem da autonomia financeira embora que esteja consagrado no art.º 4.º e 5.º da Lei n.º 10/2005, que as autarquias locais possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tal nunca se concretizou na prática por causa das condições financeira e económica que o país sempre enfrentou, uma vez que STP depende das ajudas externas para financiar o OGE, e as autarquias locais por sua vez dependem das transferências do governo central. Por outro lado, o Controlo dos cidadãos é o item que exerce menos influência com uma concordância média de 2,48 pontos e desvio padrão de 1,282, não existe uma “cultura” de controlo das instituições publicas ou mesmo locais por parte dos cidadãos, até porque os mesmos têm difícil acesso informações possam permite-lhes efetuar tal controlo (por exemplo nenhuma das autarquias locais possuem *website*). Procurou-se também conhecer os fatores internos que mais influenciam os decisores internos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão, e os resultados obtidos encontram-se ilustrados na Tabela 20. De salientar que as variáveis foram medidas numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos.

Tabela 20: A influência dos fatores internos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão.

Descrição	n	%	Média	Desvio padrão	Ranking
<b>Falta de conhecimento e formação adequada sobre o sistema de informação contabilística</b>					
Sem influência	8	13,3%	3,37	1,365	4.º
Pouca influência	10	16,7%			
Influência moderada	8	13,3%			
Muita influência	20	33,3%			
Extrema influência	14	23,3%			
Total	60	100%			
<b>Falta de experiência profissional no cargo/função que desempenha atualmente</b>					
Sem influência	14	23,3%	2,78	1,329	7.º
Pouca influência	13	21,7%			
Influência moderada	10	16,7%			
Muita influência	18	30,0%			
Extrema influência	5	8,3%			
Total	60	100%			
<b>Complexidade da informação financeira elaborada na base de acréscimo ou da especialização dos exercícios</b>					
Sem influência	5	8,3%	3,48	1,228	3.º
Pouca influência	8	13,3%			
Influência moderada	14	23,3%			
Muita influência	19	31,7%			
Extrema influência	14	23,3%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 20: A influência dos fatores internos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão (cont.).

Descrição	n	%	Média	Desvio padrão	Ranking
<b>Resistência à mudança</b>					
Sem influência	1	1,7%	3,85	1,071	1.º
Pouca influência	8	13,3%			
Influência moderada	9	15,0%			
Muita influência	23	38,3%			
Extrema influência	19	31,7%			
Total	60	100%			
<b>Falta de articulação do sistema de informação contabilística com os objetivos e a missão organizacional</b>					
Sem influência	8	10,0%	3,28	1,236	5.º
Pouca influência	6	10,0%			
Influência moderada	16	26,7%			
Muita influência	21	35,0%			
Extrema influência	9	15,0%			
Total	60	100%			
<b>Sobrecarga de trabalho</b>					
Sem influência	9	15,0%	3,08	1,306	6.º
Pouca influência	13	21,7%			
Influência moderada	10	16,7%			
Muita influência	20	33,3%			
Extrema influência	8	13,3%			
Total	60	100%			
<b>Inexistência de meios informáticos suficientes para poder utilizar a informação de forma oportuna</b>					
Sem influência	4	6,7%	3,73	1,177	2.º
Pouca influência	5	8,3%			
Influência moderada	12	20,0%			
Muita influência	21	35,0%			
Extrema influência	18	30,0%			
Total	60	100%			

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos fatores internos que mais influenciam os inquiridos a utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão, estes apontaram dentre vários itens apresentado a Resistência à mudança, o fator de maior influência (com uma concordância média de 3,85 pontos e desvio padrão de 1,071 pontos).

Em suma, tendo em conta os resultados anteriores apresentados, conclui-se que os mesmos deram resposta aos objetivos específicos deste estudo anteriormente fixados, pelo que a seguir apresenta-se na Tabela 21.

Tabela 21: Síntese dos resultados dos objetivos de investigação.

Objetivos de Investigação	Resposta
1. Perceber a existência de uma possível relação entre o uso da informação orçamental e financeira e a importância atribuída a mesma	Tabela 13, 76,67% dos inquiridos recorreram a informação financeira e orçamental para as suas tomadas de decisões, e, destes, 71,7%, consideram que a informação orçamental e financeira é extremamente importante.
2. Constatar com que frequência os dos utilizadores internos recorrem a informação orçamental e financeira para apoiar as suas tomadas de decisão	Figura 4, constatou-se que 66,7% dos inquiridos afirmam recorrer sempre e ou muitas vezes a informação orçamental e financeira para as suas tomadas de decisões.
3. Aferir o grau de satisfação em relação a informação orçamental e financeira, pelos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos)	Figura 6, 59,4% afirmam estarem satisfeito e muito satisfeito.
4. Conhecer as necessidades de informação financeira e de gestão dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) municipais para apoio às decisões internas	Tabela 16, principais necessidades de informação financeira refletem-se na obtenção de informação sobre a Informação sobre a <i>performance</i> da gestão relativa a execução do orçamento.
5. Aferir se o atual modelo de relato financeiro é considerado adequado para apoiar as tomadas de decisão internas	Figura 5 (51,7%) os inquiridos afirmam que o modelo de relato financeiro da autarquia é adequado e ou muito adequado e extremamente adequado.
6. Conhecer o grau de utilidade dos documentos de prestação de contas para apoio às tomadas de decisão dos utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) municipais	Tabela 14 Os inquiridos atribuem maior utilidade atribuem maior utilidade aos documentos de índole orçamental (Orçamento, Mapas do Controlo Orçamental da Despesa e de Receita).
7. Identificar os principais fatores externos e internos que influenciam a utilização da informação financeira para as tomadas de decisão internas	Os principais fatores externos e internos que influenciam a utilização da informação financeira externos Pressão de um problema nacional (por ex. restrições orçamentais) e Resistência à mudança respetivamente.

Fonte: Elaboração própria.

### 3.3 Uso da informação orçamental e financeira no processo de tomada de decisão

Por forma a dar resposta aos objetivos específicos desta investigação, foram levantadas hipóteses de investigação e, com vista a lhe dar resposta, recorreu-se a testes paramétricos e não paramétricos.

A Tabela 22 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste de Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) com o objetivo de validar “H1: Existe uma associação entre o tipo de utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) e a variável uso da informação orçamental”.

Tabela 22: Teste do Qui-Quadrado para a H1.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
Existe uma associação entre o tipo de utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) e a variável uso da informação orçamental.	0,348

Fonte: Elaboração própria.

Com a informação disponibilizada na Tabela 22 é possível constatar que o valor de prova é igual a 0,348 (VP=0,348). Com os resultados obtidos verifica-se que não existem evidências estatísticas suficientes que possam afirmar a existência de uma associação, estatisticamente significativa, entre o tipo de utilizadores e o uso da informação orçamental, a um nível de significância de 5%.

A Tabela 23 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste de *Fisher* com o objetivo de validar “H12: Existe uma associação entre a área de formação e a variável uso da informação orçamental”.

Tabela 23: Teste de *Fisher* para H12.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
Existe uma associação entre a área de formação e a variável uso da informação orçamental.	0,005

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados obtidos e a um nível de significância de 5%, verifica-se que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar a existência de uma associação, estatisticamente significativa, entre a área de formação e o uso da informação orçamental. Desta maneira, os resultados obtidos corroboram com a teoria (Sinervo & Haapala, 2019; Anessi-Pessina & Sicilia, 2020).

A Tabela 24 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste de Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) com o objetivo de validar “H13: Existe uma associação entre a área de formação e o grau de satisfação em relação à qualidade da informação financeira e orçamental”.

Tabela 24: Teste do Qui-Quadrado para a H13.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
Existe uma associação entre a área de formação e o grau de satisfação em relação à qualidade da informação financeira e orçamental.	0,029

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados obtidos e a um nível de significância de 5%, verifica-se que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar a existência de uma associação, estatisticamente significativa, entre a área de formação e o grau de satisfação em relação à qualidade da informação financeira e orçamental. Os resultados não vão de encontro aos obtidos em estudos anteriores (e.g., Jorge *et al* 2019; Anes, Ribeiro, & Nogueira, 2016; Anessi-Pessina & Sicilia, 2020).

A Tabela 25 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste de Rô de *Spearman* com o objetivo de validar “H14: Existe uma relação entre o grau de importância atribuída a informação orçamental e financeira e a frequência da utilização das mesmas”.

Tabela 25: Teste ao Coeficiente de *Spearman* para a H14.

Hipótese de Investigação	Coeficiente	Valor de Prova
Existe uma relação entre o grau de importância atribuída a informação orçamental e financeira e a frequência da utilização das mesmas.	0,685	<0,001

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados obtidos verifica-se que existem evidências estatísticas suficientes que permitem afirmar a existência de uma relação, estatisticamente significativa, entre o grau de importância atribuída a informação orçamental e financeira e a frequência da utilização das mesmas, a um nível de significância de 5%. Desta maneira, os resultados obtidos corroboram com a teoria (Anes *et al.*, 2016).

A Tabela 26 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste de *Fisher* com o objetivo de validar “H15: Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira”.

Tabela 26: Teste de *Fisher* para H15.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira	0,424

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados obtidos verifica-se que não existem evidências estatísticas suficientes para dizer que há uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira, a um nível de significância de 5%.

A Tabela 27 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste de *Fisher* H16: Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e se o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função da tomada de decisão.

Tabela 27: Teste de *Fisher* para H16.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função da tomada de decisão.	0,520

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados obtidos verifica-se que não existem evidências estatísticas suficientes que possam afirmar a existência de uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função da tomada de decisão. Com os resultados obtidos não corroboram com os apresentados por Carvalho *et al.* (2008).

A Tabela 28 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste Teste *t-Student* com o objetivo de validar “H17: O grau de utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos)”.

Tabela 28: Teste *t-Student* para H17.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
O grau de utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos).	0,529

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos permitem afirmar que não existem diferenças estatisticamente significativas por função do tipo de utilizadores relativamente ao grau de utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais, a um nível de significância de 5%. Desta maneira, os resultados obtidos não corroboram com os apresentados nos estudos de Nogueira, Jorge e Oliver (2012) e Nogueira e Jorge (2015).

A Tabela 29 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste Teste *t-Student* com o objetivo de validar “H18: O grau de necessidade de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão difere quando se trata de responsáveis políticos ou técnicos”.

Tabela 29: Teste *t-Student* para H18.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
O grau de necessidade de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão difere quando se trata de responsáveis políticos ou técnicos.	0,970

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos permitem afirmar que não existem diferenças estatisticamente significativas por função do tipo de utilizadores relativamente ao grau de necessidade de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão, a um nível de significância de 5%. Os resultados vão de encontro aos apresentados em estudo anterior (Nogueira *et al.*, 2012),

A Tabela 30 demonstra o resultado obtido com a aplicação do teste ao Coeficiente de Correlação de *Pearson* com o objetivo de validar “H19: Existe uma relação entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão”.

Tabela 30: Teste ao Coeficiente de Correlação de *Pearson* para HI<sub>9</sub>.

Hipótese de Investigação	Coeficiente	Valor de Prova
Existe uma relação entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão.	0,567	<0,001

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados obtidos verifica-se que existem evidências estatísticas suficientes que possam afirmar a existência de uma relação, estatisticamente significativa, entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão, a um nível de significância de 5%. Desta maneira, os resultados obtidos não corroboram com alguns estudos que trabalharam a mesma temática (e.g., Helden & Reichard, 2019; Faber & Budding, 2021; Haustein *et al.*, 2019; Nogueira *et al.*, 2015).

A Tabela 31 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste Teste *t-Student* com o objetivo de validar “HI<sub>10</sub>: O grau de influência dos fatores internos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos)”.

Tabela 31: Teste de *t-Student* para HI<sub>10</sub>.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
O grau de influência dos fatores internos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos).	0,612

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados obtidos verifica-se que não existem evidências estatísticas suficientes que possam afirmar a existência de diferenças, estatisticamente significativas, por função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) relativamente ao grau de influência dos fatores internos na utilização da informação financeira e orçamental, a um nível de significância de 5%.

A Tabela 32 mostra o resultado obtido com a aplicação do teste *t-Student* com o objetivo de validar “HI<sub>11</sub>: O grau de influência dos fatores externos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos)”

Tabela 32: Teste de *t-Student* para HI<sub>11</sub>.

Hipótese de Investigação	Valor de Prova
O grau de influência dos fatores externos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos).	0,377

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados obtidos verifica-se que não existem evidências estatísticas suficientes que possam afirmar a existência de diferenças, estatisticamente significativas, por função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) relativamente ao grau de influência dos fatores externos na utilização da informação financeira e orçamental, a um nível de significância de 5%.

Em suma, tendo em conta os resultados apresentados, conclui-se que os mesmos deram resposta aos objetivos específicos deste estudo anteriormente fixados, pelo que a seguir apresenta-se na Tabela 31 a síntese dos resultados dos objetivos de investigação. Tendo em conta as hipóteses formuladas neste estudo pode concluir-se que sete das hipóteses 1,5, 6, 7, 8, 10 e 11 não foram confirmadas e que as restantes quatro hipóteses, 2, 3, 4 e 9 foram validadas, como se pode verificar na Tabela 33.

Tabela 33: Síntese dos resultados das hipóteses de investigação.

Hipóteses de Investigação (HI)	Teste	Coefficiente de correlação	Valor de Prova	Significância
HI1: Existe uma associação entre o tipo de utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) e a variável uso da informação orçamental e financeira.	Qui-quadrado da independência	-	0,348	Não Significativa
HI2: Existe uma associação entre a área de formação e a variável uso da informação orçamental e financeira.	<i>Fisher</i>	-	0,005	Significativa
HI3: Existe uma associação entre a área de formação e o grau de satisfação em relação à qualidade da informação financeira e orçamental.	Qui-quadrado da independência	-	0,029	Significativa
HI4: Existe uma relação entre o grau de importância atribuída a informação orçamental e financeira e a frequência da utilização das mesmas.	Coefficiente de Correlação de <i>Spearman</i>	0,685	<0,001	Significativa
HI5: Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira quando o responsável considera que mesma informação influencia as suas tomadas de decisão.	<i>Fisher</i>	-	0,424	Não Significativa

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 33: Síntese dos resultados das hipóteses de investigação (cont.).

Hipóteses de Investigação (HI)	Teste	Coefficiente de correlação	Valor de Prova	Significância
HI <sub>6</sub> : Existe uma associação entre o tipo de utilizador (responsáveis técnicos ou políticos) e se o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função da tomada de decisão.	<i>Fisher</i>	-	0,520	Não Significativa
HI <sub>7</sub> : O grau de utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos).	<i>t-Student</i>	-	0,529	Não Significativa
HI <sub>8</sub> : O grau de necessidade de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão difere quando se trata de responsáveis políticos ou técnicos.	<i>t-Student</i>	-	0,970	Não Significativa
HI <sub>9</sub> : Existe uma relação entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão.	Coefficiente de Correlação de <i>Pearson</i>	0,567	<0,001	Significativa
HI <sub>10</sub> : O grau de influência dos fatores internos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos).	<i>t-Student</i>	-	0,612	Não Significativa
HI <sub>11</sub> : O grau de influência dos fatores externos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos).	<i>t-Student</i>	-	0,377	Não Significativa

Fonte: Elaboração própria.

---

## **Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação**

Recordamos que o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo principal de identificar a importância atribuída ao uso da informação de natureza orçamental e financeira no processo de tomada de decisão nas AL em São Tomé e Príncipe e Região Autónoma da Ilha do Príncipe para os seus utilizadores internos (decisores políticos e técnicos) e, para uma melhor compreensão do objetivo geral, formularam-se vários objetivos específicos e foram levantadas diferentes hipóteses de investigação. Para isso, recorreu-se a uma metodologia quantitativa, suportada no método do inquérito por questionário, dirigido aos decisores políticos e técnicos.

Do trabalho realizado, ao nível da revisão de literatura, foi possível concluir que com as reformas implementadas no âmbito NPM, foram impostas novas exigências aos gestores públicos, o que, consequentemente, fez surgir novas necessidades de informação. Com isso, a contabilidade pública ganhou uma nova configuração para poder fornecer informação útil que satisfaça as necessidades dos

seus utilizadores por forma a suportar as tomadas de decisões de forma mais racional, lógica e célere, o que fez com que a informação financeira e orçamental ganhasse um papel de destaque no processo de tomada de decisão no âmbito do setor público.

Neste sentido, com a realização da componente empírica que integra esta investigação, foi possível concluir que, relativamente à caracterização da amostra, 63,3% dos inquiridos tem entre 25 e 54 anos de idade e que, destes, 65,0% são do sexo Masculino, que 60,0% tem o grau de licenciado, destes, mais da metade (55,6%) tem a área de formação em Economia/Gestão, Contabilidade e Auditoria, e, ainda, que 65,0% dos inquiridos desempenha o seu atual cargo num período de tempo que varia entre 1 e 4 anos.

No que diz respeito à informação financeira e orçamental, concluiu-se que 71,7% dos inquiridos afirmam recorrer a informação financeira e orçamental para auxiliar as suas tomadas de decisão e, destes, 76,67% consideram que a informação orçamental e financeira é bastante importante e extremamente importante; pelo que 66,7% dos respondentes afirmam recorrer sempre e muitas vezes a informação orçamental e financeira para as suas tomadas de decisões e 59,4% dos decisores políticos e 35,7% dos decisores técnicos afirmam estarem satisfeitos ou muito satisfeitos em relação à qualidade de informação orçamental e financeira produzida.

Quanto à utilidade dos documentos de prestação de contas, os inquiridos atribuem maior utilidade ao Orçamento, seguidos dos Mapas do Controlo Orçamental da Despesa e Receita e, com isso, pode concluir-se que os inquiridos atribuem maior utilidade aos documentos de índole orçamental. Concluiu-se, também, que as principais necessidades de informação financeira se refletem na obtenção de informação sobre os custos dos investimentos realizados, informação sobre a aplicação dos recursos públicos e informação sobre os custos das obras e custos dos projetos autárquicos efetuados por administração direta. Já em relação ao modelo de relato financeiro da autarquia, 51,7% dos inquiridos afirmam que este é adequado, muito adequado e extremamente adequado, ainda que um número muito representativo, 45,0%, afirmam que o modelo de relato financeiro é pouco ou nada adequado. Os decisores internos apontam que o atual modelo de prestação de contas não é consideravelmente adequado para a divulgação de informação útil para as tomadas de decisão, apontando como motivo, o conteúdo das demonstrações financeiras, a não inclusão de indicadores orçamentais, económico-financeiros e de gestão operacional, e a ordem pela qual os documentos são apresentados.

Relativamente às hipóteses de investigação levantadas, no sentido de estabelecer algum tipo de relação entre as variáveis, os resultados não revelaram evidências suficientes e estaticamente significativas para afirmar que existe uma associação entre o tipo de utilizadores (responsáveis técnicos ou políticos) e o uso da informação orçamental e financeira ( $H_{11}$ ), que o grau de utilidade das demonstrações financeiras e orçamentais e necessidade de informação financeira e de gestão para as tomadas de decisão difere em função do tipo utilizadores, ( $H_{15}$ ), que existe uma associação entre o tipo de utilizador e o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função de

o responsável considerar ou não que essa mesma informação influencia as suas tomadas de decisão, (HI<sub>6</sub>), que existe uma associação entre o tipo de utilizador e se o grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira e que esta difere em função da tomada de decisão (HI<sub>7</sub> e HI<sub>8</sub>), e que o grau de influência dos fatores internos e externos na utilização da informação financeira e orçamental difere em função do tipo utilizadores (HI<sub>10</sub> e HI<sub>11</sub>). Contrariamente, os resultados revelaram evidências suficientes e estaticamente significativas que permitem afirmar que existe uma associação entre a área de formação dos inquiridos e uso da informação orçamental e financeira (HI<sub>2</sub>), e entre o grau de satisfação em relação à qualidade da informação financeira e orçamental (HI<sub>3</sub>); os resultados também revelaram evidências suficientes e estaticamente significativas que permitem afirmar que existe relação entre o grau de importância atribuída a informação orçamental e financeira e a frequência da utilização das mesmas (HI<sub>4</sub>) e entre o grau de utilidade atribuída aos documentos orçamentais e financeiros e o grau de necessidade da informação financeira e de gestão (HI<sub>9</sub>). Em suma, em face dos resultados obtidos, pode concluir-se que das onze hipóteses de investigação levantadas sete das hipóteses, 1, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, não foram confirmadas, e que as restantes quatro, as hipóteses 2,3,4 e 9 foram validadas.

Não podemos terminar sem antes referir que este estudo, à semelhança de qualquer investigação, não está isento de críticas e limitações que poderão vir a ser colmatadas em trabalhos futuros. As principais limitações resultam das dificuldades encontradas com a aplicação dos questionários e com as respostas obtidas, o que pode ser ultrapassado com a replicação deste estudo, no âmbito da mesma população ou a outras populações de outros países localizados no continente africano, capazes de permitirem melhorar os resultados agora obtidos. Não obstante as limitações, este estudo contribui para a escassa literatura científica no âmbito desta problemática, relacionada com o uso das informações financeiras e orçamentais no âmbito das AL, sendo que, tanto quanto é do nosso conhecimento, este será o primeiro estudo sobre esta temática voltada para a realidade do Governo Local em São Tomé e Príncipe.

## Referências Bibliográficas

- Almeida, R. (2017). *A adoção de uma nova reforma da contabilidade pública em Portugal: estudo de caso em algumas entidades piloto*. Lisboa: ISCTE-IUL. Obtido em 21 de dezembro de 2022, de <http://hdl.handle.net/10071/14626>
- Amaral, C. (2001). Processo de harmonização contabilística internacional: tendências atuais. pp. 33 - 58.
- American Psychological Association. (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6th ed.). Washington, DC: American Psychological Association.
- Anes, V., Ribeiro, N., & Nogueira, S. (2016). Importância e utilidade da informação financeira e orçamental: perceção dos responsáveis das Juntas de Freguesia do distrito de Bragança.
- Anessi-Pessina, E., & Sicilia, M. (2019). Do Top Managers' Individual Characteristics Affect Accounting Manipulation in the Public Sector? . *Journal of Public Administration Research and Theory*, 465–484.
- Anthony, R., & Young, D. (1999). *Management control in nonprofit organizations* (11th ed.). Boston, MA: McGraw-Hill.
- Araújo, J. (1998). Hierarquia, Mercado e Networks: Mudança Institucional, Controlo e Avaliação no Reino Unido.
- Araujo, J. (2004). A Reforma da Gestão Pública: do mito à realidade. (IGAP, Ed.) *Atas do Seminário Internacional Luso-Galaico*, pp. 1 - 11.
- Araújo, J. (2007). Avaliação da Gestão Pública: a Administração Pós Burocrática.
- Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe . (1986). Lei n.º 1/86, de 30 de dezembro. Em *Lei da Administração Financeira do Estado*. São Tomé.
- Balakrishnan, R., Pugely, A., & Shah, A. (2017). Modeling resource use with time equations: Empirical evidence. *Journal of Management Accounting Research*, 29(1), 1-12. doi:10.2308/jmar-51444
- Brito, J. R., & Jorge, S. (2021). Processo de harmonização contabilística internacional: tendências atuais. *International Journal of Public Administration*, 372-387.
- Budding, T., & Helden, J. V. (2022). Politicians' use of accounting information: Unraveling politicians' use and non-use of accounting information. *Public Money & Management*, 137–139.
- Campos, F. (2015). Do Partido Único ao Multipartidarismo Implicações Económicas, Políticas e Suas Sociais: O Caso de São Tomé e Príncipe. *8CIEA*, (pp. 237- 250). Madrid.

- Coelho, J. (2014). *Sistema de Informação Financeira no Ensino Secundário Público em Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Cunha, A. (2018). *Informação Financeira e Fatores Socioeconómicos: Impacto na Reeleição do Autarca*. Universidade de Aveiro: Tese de Doutoramento.
- Decreto-Lei n.º 108/2011, 17 de novembro. (2011). *Diário da República Eletrónico*, 221 (Serie I), 4964-4967. Lisboa, Portugal: Ministério da Saúde. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/108/2011/11/17/p/dre/pt/html>
- Decreto-Lei n.º 44/2012, de 28 de dezembro. (2012). Em *Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao SAFE-e*. São Tomé .
- Dorigo, M., & Blum, C. (2005). Ant colony optimization theory: A survey. *Theoretical Computer Science*, 243-278.
- Eagleton-Pierce, M., & Knafo, S. (2022). Introduction: the political economy of managerialism. *Review of International Political Economy* , 763-779.
- Edwards, J. R. (2021). Cash to accruals accounting in British central governo: A journey through time. *Financial Accountability & Management*, 40–59.
- Epps, R. (2006). *Corporate Governance and Earnings Management: The Effects of Board Composition Size, Structure and Board Policies on Earnings Management*. Obtido em 20 de dezembro de 2006, de <http://ssrn.com/paper=929312>
- Faber, B., & Budding, T. (2021). Roles and user characteristics as driving forces of information use in the Dutch parliament. *Public Money & Management* , 160–168.
- Feliciano, A. (2015). *A utilidade da informação financeira para a gestão das microentidades, na perspetiva dos gestores e dos contabilistas certificados*. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Ferlie, E., & Ongaro, E. (2022). *Strategic Management in Publiv Sevices Organization: Concepts, Schools and Conteporary Issues*. New York : Routledge.
- Ferlie, E., & Ongaro, E. (2022). *Strategic Management in Publiv Sevices Organization: Concepts, Schools and Conteporary Issues*. Nova York: Routledge.
- Fernandes, D. (2019). *Informação Financeira e Não-Financeira*. Coimbra: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Fernandes, D. (2019). *Informação Financeira e Não-Financeira*. Coimbra: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Fernandes, M. J. (2007). Contribuição da Informação Contabilística para a Tomada de Decisão na Administração Pública Autárquica: Controlo do Endividamento Líquido. *Revista de Estudos Politécnicos*, V(8), 67 - 96.

- Fernandes, W., Nogueira, S., & Ribeiro, N. (2015). A contabilidade pública em São Tomé e Príncipe: situação atual e perspectivas futuras. In *XVIII Congreso Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas* (pp. 1-20). Cartagena: AECA.
- Ferreira, C. M. (2013). *Harmonização Contabilística no Sector Público: Constrangimentos na Adoção das IPSAS*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Financial Accounting Standards Board. (agosto de 2018). Conceptual Framework for Financial Reporting: Chapter 3, Qualitative Characteristics of Useful Financial Information. *Amendments to Statement of Financial Accounting Concepts N.º 8*, pp. 1 - 12.
- Freitas, L. V. (2012). O Sistema das Autarquias Locais de São Tomé e Príncipe . *Jornadas de Direito Municipal Comparado Lusófono*. Lisboa.
- Frintrup, M., Schmidhuber, L., & Hilgers, D. (2022). Towards accounting harmonization in Europe: a multinational survey among budget experts. *International Review of Administrative Sciences*, 390-410.
- Gomes, P., Brusca, I., Jesus, M. J., & Vilhena, E. (2023). The IPSAS implementation and the use and usefulness of accounting information: a comparative analysis in the Iberian Peninsula. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 12-40.
- Google. (4 de 1 de 2022). *Google*. Obtido de elizon.com: [www.elizon.com/maps/africa/sao-tome-and-principe-maps.html](http://www.elizon.com/maps/africa/sao-tome-and-principe-maps.html)
- Greve, C. (2023). Contracting and partnering for public services. *Public Management and Governance*, 103-115.
- Gkouma, O. G., & Filos, J. (2022). Assessing the Impact of IPSAS on Financial Reporting and Public Management in Greece. *I Journal of Economics and Business*, 56-79.
- Grossi, G., Steccolini, I., Adhikari, P., Brown, J., Christensen, M., Cordery, C., . . . Vinnari, E. (2023). The future of public sector accounting research. A polyphonic debate. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 1-37.
- Guimarães, R. C., & Cabral, J. A. (2011). *Estatística*. Lisboa: Verlag-Dashofer.
- Haustein, E., Lorson, P. C., Caperchione, E., & Brusca, I. (2019). The quest for users' needs in public sector budgeting and reporting. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 473-477.
- Helden, J. v., & Reichard, C. (2019). Making sense of the users of public sector accounting information and their needs. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, Vol. 31 No. 4, pp. 478-495.
- Hennart, J.-F., & Verbeke, A. (2022). Actionable and enduring implications of Oliver Williamson's transaction cost theory. *Journal of International Business Studies*, 1557–1575.
- Hood, C. (1991). A Public Management for All Seasons? *Public Administration*, 69(1), 3 - 19. doi:<https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>

- Hood, C. (1995). Contemporary public management: a new global paradigm? *Public Policy and Administration*, 10(2). doi:<https://doi.org/10.1177/095207679501000208>
- Hyndman, N. & Lapsley, I. (2016). New Public Management: The Story Continues. *Financial Accountability & Management*, 32(4), 385 - 408. doi:<https://doi.org/10.1111/faam.12100>
- IFAC. (20 de dezembro de 2022). Obtido de International Federation of Accountants: <https://www.ifac.org/>
- Jorge, S., Jesus, M. A., & Nogueira, S. P. (2019). Reforma da Contabilidade Pública em Portugal e o Uso da Informação Financeira pelos políticos. Em *Em Memória de João Carvalho: Estudos sobre Contabilidade, Finanças Públicas* (pp. 423-434). Lisboa: Áreas Editora.
- Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica. (2019). *Cooperação transfronteiriça: Desenvolvimento e coesão territorial*. Obtido de <http://lusoespanholas2020.ipb.pt/>
- Klijn, E. H., & Koppenjan, J. (2016). *Governance Networks in the Public Sector*. New York: Routledge.
- Kober, R., Lee, J., & Ng, J. (2010). Mind your Accruals: Perceived Usefulness of Financial Information in the Australian Public Sector under Different Accounting Systems. *Financial Accountability and Management*, 267-298.
- Kogelmann, B. (2022). *Public Choice and Political Equality*. New York: Routledge.
- Koliba, C. J., Week, J. W., Zia, A., & Russell, M. W. (2019). *Governance Networks in Public Administration and Public Policy*. New York: Routledge.
- Krishnan, S. R. (2021). Decision-making processes of public sector accounting reforms in India— Institutional perspectives. *Financial Accountability & Management*, 167–194.
- Lapsley, I. (2021). Debate: Politicians' use of accounting information - the myth of rationality. *PUBLIC MONEY & MANAGEMENT*, 140–141.
- Lapuate, V., & Van de Walle, S. (2020). The effects of new public management on the quality of public services. *Governance an International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 457-727.
- Lau, E., & Manning, N. (2023). Public sector reforms across OECD countries. *Public Management and Governance*, 39-52.
- Lawson, A., & Ngassa, E. &. (2010). *Avaliação das finanças públicas, em conformidade com a metodologia PEFA (Public Expenditure and Financial Accountability) a São Tomé e Príncipe*. Espanha.
- Lei n.º 1/86, de 30 de dezembro. (1986). Em *Lei da Administração Financeira do Estado de São Tomé e Príncipe*. São Tomé .
- Lei n.º 1/95, de 13 de janeiro. (1995). Em *Alteração à Lei n.º 4/94, de 20 de setembro* . São Tomé .

- Lei n.º 10/05, de 15 de novembro. (2005). Em *Lei de Revisão à Lei-Quadro das Autarquias Locais*. São Tomé .
- Lei n.º 3/07, de 12 de fevereiro. (2007). Em *Lei da Administração Financeira do Estado*. São Tomé, São Tomé e Príncipe. São Tomé .
- Lei n.º 4/10, de 18 de junho. (2010). Em *Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma do Príncipe*. São Tomé .
- Lei n.º 4/94, de 20 de setembro. (1994). Em *Estatuto da Ilha do Príncipe*. Príncipe.
- Lira, M. (2014). A Influência dos Modelos de Administração Pública na Reforma Administrativa Portuguesa: o caso da avaliação do desempenho. *XVI Encuentro AECA*, 1 - 20. doi:10.13140/2.1.2909.0566
- Losseau, A. D. (2020). *Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas 2020 - 2023*. São Tomé e Príncipe: Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.
- Makridakis, S., Wheelwright, S. C., & Hyndman, R. J. (1998). *Forecasting: Methods and Applications*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics 27 (7ª edição)*.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de psicologia*, 65-90.
- Marques, M. (2003). Tendências Recentes de Abordagens à Contabilidade Pública em Portugal. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14(31). doi:https://doi.org/10.1590/S1519-70772003000100007
- Mascarenhas, L. M. (2021). *Regime de Contabilidade Pública à Luz das IPSAS – Uma Análise Comparativa do Modelo de Portugal e de São Tomé*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa .
- McDonald III, B. D., Hall, J. L., O'Flynn, J., & Thiel, S. (2022). The future of public administration research: An editor's perspective. *Public Administration*, 100:59–71.
- Mengiste, B. W. (2019). Public Choice Theory: Its Application and Challenges in Public Sector. *International Journal of African and Asian Studies*.
- Montesinos Julve, V. (2003). Panorama actual de la contabilidad pública: Análisis de la situación española dentro de su entorno internacional. *CIRIEC - España*, 159-185.
- Moreira, J. & Azevedo, A. (2009). Gestão Pública: entre visão clássica da Administração Pública e o novo paradigma da Governação Pública. *Revista Enfoques; Ciencia Política y Administración Pública*, VII(11), 11 - 36. doi:0718-0241
- Moreira, J. A. (2009). Investigação em contabilidade financeira: Três contribuições seminais. Em M. J. Major, & R. Vieira (Ed.), *Contabilidade e controlo de gestão: Teoria, metodologia e prática* (pp. 91-127). Lisboa: Escolar Editora.

- Nascimento, B. (2012). *Finanças Públicas em São Tomé e Príncipe: perspetiva histórica e analítica*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Ndeunyema, D. (2014). *Relevância da Informação Contabilística no apoio à Gestão do Setor Público - Estudo de Caso*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal.
- Neves, F. R., & Gómez-Villegas, M. (2020). Public sector accounting reform in Latin America and Epistemic Communities: an institutional approach. *Journal of Public Administration* , 11-31.
- Nitzl, C., Hilgers, D., Hirsch, B., & Lindermüller, D. (2020). The Influence of the Organizational Structure, Environment, and Resource Provision on the Use of Accrual Accounting in Municipalities. *Schmalenbach Business Review*, 271-298.
- Nogueira, S. &. (2011). Necessidade de informação para as tomadas de decisão internas e utilidade do relato financeiro municipal: um estudo exploratório no município de Bragança. *Associação dos Trabalhadores da Administração Local*.
- Nogueira, S. (2012). *Utilidade da informação financeira autárquica para as tomadas de decisão dos utilizadores internos em Portugal*. Madrid: Universidade Autónoma de Madrid.
- Nogueira, S. P., & Jorge, S. (2020). Harmonização europeia da . *XIX Encuentro Internacional AECA* (pp. 36-38). Guarda-Portugal: Revista de la Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas.
- Nogueira, S. P., & Jorge, S. M. (2015). A utilidade e as necessidades de informação dos utilizadores do relato financeiro municipal para as tomadas de decisão.
- Nogueira, S. P., & Jorge, S. M. (2015). Adequabilidade do Relato Financeiro: Perceção dos Decisores Internos nos Governos Locais em Portugal. *XXV Jornadas Hispano Lusas de Gestión Científica* (pp. 1-20). Ourense: Universidad de Vigo.
- Nogueira, S., Jorgue, S., & Oliver, M. (2012). A utilidade do relato financeiro e as necessidades de informação para as tomadas de decisão internas: estudo empírico nos municípios portugueses.
- Nunes, A., & Claudino, S. (2014). Recurso ao inquérito por questionário na avaliação do papel das Tecnologias de Informação Geográfica no ensino de Geografia. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*.
- Oliver, W. . (1985). *The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting*. New York, London: Free Press, Collier Macmillan.
- Pajković, I., Redmayne, N., & Vašiček, V. (2023). The use and perceived usefulness of public sector financial statements by politicians – evidence from Croatia. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 180-198.
- Pinto, A., Santos, P., & Melo, T. (2014). *Gestão Orçamental e Contabilidade Pública* (2 ed.). Lisboa: ATF Edições Técnicas. doi:789899641273
- Príncipe, A. N. (2007). Lei n.º 3/07. Em *Lei da Administração do Estado*. São Tomé.

- Príncipe, I. N. (10 de 05 de 2020). *www.ine.st*. Obtido de *www.ine.st*: <https://www.ine.st/index.php/component/phocadownload/file/613-nota-pib-2020f>
- Purcinelli, L. M., & Saraiva, H. B. (2019). A História da Criação das Comissões de Normalização Contabilística: CNC- Portugal e CPC-Brasil e a Influência do IASB Sobre as Normas Emitidas Nesses Países. *Research Gate*.
- PwC Brasil. (2013). Uma nova era na contabilidade governamental. *Pricewaterhouse Coopers Brasil*.
- Ribeiro, V. (2004). A Harmonização Internacional dos sistemas contabilísticos públicos: especial referência a Portugal . *Revista de Estudos dos Politécnicos*, 155-189.
- Rkein, A. (2020). New Public Management and Public Sector Reform in a Non-Competitive Environment. *International Journal of Business and Social Science*, 11(12), 12-20.
- Rocha, J. (2011). *Gestão Pública: Teorias, Modelos e Práticas*. Lisboa: Escolar Editora. doi:9789725922941
- Rodrigues, M. (2009). A Harmonização Internacional dos sistemas contabilísticos públicos: especial referência a Portugal. *Administração Pública Interface*, 34 - 38.
- Rosa, S. (2013). *A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Rosenbloom, D. H., Kravchuk, R. S., & Clerkin, R. M. (2022). *Public Admonistration: Uderstanding Management, Politics nd Law in the Public Sector* . New York : Routledge.
- Rua, S. & Carvalho, J. (2006). *Contabilidade Pública - Estrutura Conceptual*. Lisboa: Publisher Team. doi:9789896010331
- Sá, P., Costa, A. P., & Moreira, A. (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados (Vol. 2)*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Santos, J., & Henriques, S. (maio de 2021). Inquérito por Questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos. pp. 1-26.
- Salato, R. C., Gomes, P., & Ferreira, C. (2022). Transition to accrual accounting in the public sector of emerging economies. *International Journal of Business Innovation*, 27646.
- Schillemans, T., & Busuioc, M. (2014). Predicting Public Sector Accountability: From Agency Drift to Forum Drift . *Journal of Public Administration Research and Theory*, 191–215.
- Schmidhuber, L., Hilgers, D., & Hofmann, S. (2020). International Public Sector Accounting Standards (IPSASs): A systematic literature review and future research agenda. *Financial Accountability & Management*, 119–142.
- Seibert, G. (1998). *São Tomé e Príncipe: Instabilidade Política e Crise Económica Num Micro-Estado Insular*. Coimbra: CES.

- Shahab, S. (2022). Transaction Costs in Planning Literature: A Systematic Review . *Journal of Planning Literature*, 403-414.
- Silvestre , H. (2009). *Gestão Pública - Modelos de Prestação de Serviço Público*. Lisboa: Escolar Editora. doi:9789725922590
- Steccolini, I. (2019). Accounting and the post-New Public Management: re-considering Publicness in accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 255-279.
- Teixeira, C. (2007). A Harmonização Internacional da Contabilidade Pública e o Caso Português. *Journal of Business and Legan Sciences / Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*(11), 233 - 252. doi:<https://doi.org/10.26537/rebules.v0i11.887>
- Vera Cruz, G. (2014). *A Democracia em São Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Worldmeters. (11 de janeiro de 2021). Obtido de Worldmeters Info: [https://www.worldometers.info/img/maps/sao\\_tome\\_principe\\_political\\_map.gif](https://www.worldometers.info/img/maps/sao_tome_principe_political_map.gif)
- Yuliusman, Y. (2023). Determinants of Local Government Financial Reporting Quality: . *Research Journal of Finance and Accounting* , 2222-2847.
- Zhang, E. (2022). Accounting and statecraft in China: Accrual accounting for effective government rather than efficient market. *Critical Perspectives on Accounting*, 102419.

## Anexos

### Anexo A Inquérito sobre o Uso da Informação Financeira Orçamental no Processo de Tomada de decisão dos utilizadores do Governo Local em São Tomé e Príncipe

#### I - Perfil do Inquirido

##### 1. Selecione as opções mais adequadas.

1.1. Qual o cargo que ocupa no Governo Regional? (assinale uma das opções)

- Cargo Político
- Cargo Técnico

1.2. Há quantos anos desempenha o seu atual cargo? (assinale uma das opções)

- Até 1 ano
- 2 - 4 anos
- 5 - 14 anos
- 15 ou mais anos

1.3. Quais são as suas habilitações académicas? (assinale uma das opções)

- Doutoramento
- Mestrado
- Licenciatura/Bacharelato
- Ensino secundário
- Menos que o ensino secundário
- Outra. (Qual?)

1.4. Qual a sua área de formação? (assinale uma das opções)

- Economia/Gestão
- Contabilidade
- Auditoria
- Administração Pública
- Engenharia
- Outra. (Qual?)

1.5. Idade (assinale uma das opções)

- Até 24 anos
- 25 - 54 anos
- 55 ou mais anos

1.6. Sexo (assinale uma das opções)

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

## II - A importância do uso da informação orçamental e financeira no processo de decisão Câmaras Distritais do poder Regional

2. Selecciona a opção mais adequada.

2.1. Para tomadas de decisão, recorre a informação orçamental e financeira. (assinale uma das opções)

- Sim
- Não

2.2. Para tomadas de decisões, considera a informação orçamental e financeira. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Importante e 5 Extremamente Importante, indique o grau de importância da informação orçamental e financeira. (assinale uma das opções)

	1	2	3	4	5	
Nada Importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente Importante

2.3. Com que frequência utiliza a informação orçamental e financeira. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nunca e 5 é Sempre, indique o grau de frequência do uso da informação orçamental e financeira. (assinale uma das opções)

	1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

2.4. O grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira difere em função de o responsável considerar ou não que essa mesma informação influencia as suas tomadas de decisão. (assinale uma das opções)

- Sim
- Não

2.5. O grau de importância atribuída à informação orçamental e financeira difere em função da tomada de decisão. (assinale uma das opções)

- Sim
- Não

2.6. Qual o grau de utilidade que atribui aos documentos orçamentais e financeiros. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Útil e 5 é Extremamente Útil, indique o grau de importância da informação orçamental e financeira na tomada de decisão. (para cada item assinale a sua resposta)

	1. Nada Útil	2. Pouco Útil	3. Moderadamente Útil	4. Muito Útil	5. Extremamente Útil
Balanço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstrações de Resultados por Natureza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orçamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mapa de Controlo Orçamental das Receitas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mapa de Controlo Orçamental das Despesas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mapa de Fluxos de Caixa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mapa das Operações de Tesouraria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empréstimos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relatório de Gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.1. Indique o grau de necessidade dos seguintes itens de informação financeira para as suas tomadas de decisão internas. (para cada item assinale a sua resposta)

	1. Nada Necessário	2. Pouco Necessário	3. Moderadamente Necessário	4. Muito Necessário	5. Extremamente Necessário
Informação sobre a capacidade de endividamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre o investimento realizado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre a performance da gestão relativa à execução do Orçamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre a situação patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.2. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Necessário e 5 é Extremamente Necessário, indique o grau de necessidade dos seguintes itens de informação financeira para as suas tomadas de decisão internas: (para cada item assinale a sua resposta)

	1. Nada Necessário	2. Pouco Necessário	3. Moderadamente Necessário	4. Muito Necessário	5. Extremamente Necessário
Informação que permita o Governo Regional decidir se deve continuar responsável pela produção de determinado bem ou serviço ou subcontratá-lo a entidades externas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os custos dos investimentos realizados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os custos das obras e custos dos projetos regional, efetuados por administração direta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre a aplicação dos recursos públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Informação sobre o custo dos produtos e serviços comparando-os com produtos e serviços similares e com custos pré-estabelecidas ou custos de referência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os custos incorridos no cumprimento dos objetivos definidos nos programas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os resultados da atividade do Governo Regional pelos diferentes serviços prestados, funções e atividades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os custos dos bens produzidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre a valoração dos inventários e dos trabalhos para própria entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os stocks	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

#### IV – Modelo de Prestação de Contas da Câmaras Distritais e do Govgerno Regional e a sua adequabilidade aos decisores internos

4. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Nada Adequado e 5 Totalmente Adequado, indique o grau de adequabilidade que o modelo de relato financeiro, em vigor apresenta no que respeita a fornecer informação útil para as tomadas de decisão internas. (assinale a opção mais adequada)

4.1. Qual o grau de adequabilidade que o modelo de relato financeiro em vigor, apresenta no que respeita a fornecer informação útil para as tomadas de decisão internas? Se assinalou as respostas 1 (Nada Adequado) ou 3 (Adequado) passe à Questão 4.2.

1. Nada Adequado
2. Pouco Adequado
3. Adequado
4. Muito Adequado
5. Extremamente Adequado

4.2. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Discordo Totalmente e 5 é Concordo Totalmente, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações que sugerem as razões pelas quais o atual modelo de prestação de contas não é consideravelmente adequado na divulgação de informação útil para as tomadas de decisão: (para cada item assinale a sua resposta)

	1. Discordo Totalmente	2. Discordo	3. Nem concordo/Nem discordo	4. Concordo	5. Concordo Totalmente
O elevado número de documentos contabilísticos exigidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A ordem pela qual os documentos são apresentados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O conteúdo das demonstrações financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.2. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Discordo Totalmente e 5 é Concordo Totalmente, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações que sugerem as razões pelas quais o atual modelo de prestação de contas não é consideravelmente adequado na divulgação de informação útil para as tomadas de decisão: (para cada item assinale a sua resposta)

	1. Discordo Totalmente	2. Discordo	3. Nem concordo/Nem discordo	4. Concordo	5. Concordo Totalmente
A não inclusão de mapas da Contabilidade de Custos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A não inclusão de indicadores orçamentais, económico-financeiros e de gestão operacional (eficiência e a eficácia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A discrepância de bases contabilísticas entre a Contabilidade Orçamental e a Contabilidade Patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O modelo do relato financeiro obrigatório é de difícil leitura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O modelo de relato financeiro é muito próximo do atual modelo do setor privado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.2. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Discordo Totalmente e 5 é Concordo Totalmente, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações que sugerem as razões pelas quais o atual modelo de prestação de contas não é consideravelmente adequado na divulgação de informação útil para as tomadas de decisão: (para cada item assinale a sua resposta)

1. Discordo Totalmente	2. Discordo	3. Nem concordo/Nem discordo	4. Concordo	5. Concordo Totalmente
---------------------------	----------------	------------------------------------	----------------	---------------------------

O relato financeiro não se aproxima aos normativos internacionais, nomeadamente às NICSP - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O relato financeiro é preparado com atraso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Por si só, o modelo do relato financeiro não satisfaz, consideravelmente, as necessidades informativas para o processo de tomada de decisões, pelo que há necessidade de recorrer a outros tipos de	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. O grau de Satisfação com a qualidade da Informação Orçamental e Financeira elaborada pelo Governo Regional. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Muito Insatisfeito e 5 é Muito Satisfeito, indique o grau de satisfação da informação orçamental e financeira.

5.1. Qual o seu grau de satisfação com a qualidade da informação orçamental e financeira (assinale a opção mais adequada)

	1	2	3	4	5	
Muito Insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Satisfeito

#### V - Fatores Potencialmente Influenciadores da Utilização/Utilidade da Informação Financeira

6. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Não Influencia e 5 Influencia Muito, indique o grau de influência dos seguintes fatores externos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão internas: (para cada item assinale com um círculo a sua resposta).

6.1. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Sem Influência e 5 Extrema Influência, indique o grau de influência dos seguintes fatores externos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão internas: (para cada item assinale com um círculo a sua resposta)

	1. Sem Influência	2. Pouca Influência	3. Influência Moderada	4. Muita Influência	5. Extrema Influência
Pressão política (local ou central)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pressão de um problema nacional (por ex. restrições orçamentais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pressão de organizações profissionais (Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública, Auditores externos, entre outros)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.1. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Sem Influência e 5 Extrema Influência, indique o grau de influência dos seguintes fatores externos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão internas: (para cada item assinale com um círculo a sua resposta)

	1. Sem Influência	2. Pouca Influência	3. Influência Moderada	4. Muita Influência	5. Extrema Influência
Pressão de entidades de controlo (Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças, entre outros)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação Social e opinião pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Controlo dos cidadãos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Sem Influência e 5 é Extrema Influência, indique o grau de influência dos seguintes fatores internos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão internas: (para cada item assinale com um círculo a sua resposta)

7.1. Qual o grau de influência dos fatores internos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão internas

	1. Sem Influência	2. Pouca Influência	3. Influência Moderada	4. Muita Influência	5. Extrema Influência
Falta de conhecimento e formação adequada sobre o sistema de informação contabilística	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7.1. Qual o grau de influência dos fatores internos na utilização da informação financeira nas suas tomadas de decisão internas

	1. Sem Influência	2. Pouca Influência	3. Influência Moderada	4. Muita Influência	5. Extrema Influência
Falta de experiência profissional no cargo/função que desempenha atualmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Complexidade da informação financeira elaborada na base de acréscimo ou da especialização dos exercícios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resistência à mudança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de articulação do sistema de informação contabilística com os objetivos e a missão organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sobrecarga de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inexistência de meios informáticos suficientes para poder utilizar a informação de forma oportuna	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>